



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0610/14	DATA: 15/05/2014	
LOCAL: Plenário 8 das Comissões	INÍCIO: 10h14min	TÉRMINO: 13h09min	PÁGINAS: 61

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ANNA FLÁVIA DE SENNA FRANCO - Diretora de Planejamento, Administração e Logística do ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.
JOÃO PAULO DE RESENDE - Diretor da Unidade de Parceria Público-Privada do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
JOÃO JAIME (GOMES MARINHO DE ANDRADE) - Deputado Estadual do Ceará.
GIOVANNA PALAZZI - Representante do Ministério do Meio Ambiente.
FRANCISCO LINDOMAR FILOMENO OLIVEIRA - Prefeito Municipal de Jijoca de Jericoacoara/CE.

SUMÁRIO

Debate em torno da concessão de serviços públicos na forma de PPPs no Parque Nacional de Jericoacoara/CE.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.
Há intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.
Há orador não identificado.
Há intervenções simultâneas ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Macêdo) - Bom dia a todas as senhoras, a todos os senhores.

Declaro aberta a presente reunião de audiência pública destinada a discutir a concessão de serviços públicos na forma de PPPs do Parque Nacional de Jericoacoara, Ceará.

O requerimento para a realização deste evento é de autoria dos Deputados Reinaldo Azambuja e Raimundo Gomes de Matos, suplente e não membro desta Comissão, respectivamente.

Comunico a todos que o evento é transmitido ao vivo pela Internet e poderá ser gravado pela *TV Câmara*, para ser exibido posteriormente na grade de programação da emissora.

Informo aos Palestrantes, Parlamentares e demais presentes que esta Comissão promoverá um debate interativo nesta audiência pública, por meio do Portal e-Democracia da Câmara dos Deputados. Servidores desta Comissão estarão encarregados de moderar os internautas, cujas perguntas serão respondidas pelos nossos convidados ou Parlamentares durante o debate.

Convido a compor a Mesa dos trabalhos os seguintes palestrantes: Francisco Lindomar Filomeno Oliveira, Prefeito Municipal de Jijoca de Jericoacoara, Ceará; Anna Flávia de Senna Franco, Diretora de Planejamento, Administração e Logística do ICMBio — Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; João Jaime Gomes Marinho de Andrade, Deputado Estadual do Ceará. Seja muito bem-vindo à Casa do povo do Brasil.

Quero convidar também João Paulo de Resende, Diretor da Unidade de Parceria Público-Privada do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e o Deputado Raimundo Gomes de Matos, que é proponente desta audiência pública, para comporem a Mesa de debates.

Quero convidar Giovanna Palazzi, da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do MMA, que aqui representa a Ministra Izabella Teixeira. Receba nossos cumprimentos e leve um abraço à querida Ministra Izabella, que faz um trabalho extraordinário à frente do Ministério do Meio Ambiente do Brasil.

Cada convidado terá a palavra por até 15 minutos, visto que após as palestras iniciaremos os debates. Desde já agradeço e peço aos convidados que



observem o tempo proposto de 15 minutos para a sua exposição. Há um cronômetro à esquerda deste plenário para orientá-los nesse sentido.

Informo que esta reunião está sendo gravada. Por isso, solicito aos nossos convidados o obséquio de sempre utilizarem o microfone para as suas intervenções. Peço ainda aos palestrantes que assinem a autorização para que a Câmara dos Deputados publique suas exposições e utilize suas imagens para a transmissão pela Internet e em programas desta Casa.

Passo a palavra, por 15 minutos, para iniciar este debate, à Dra. Anna Flávia de Senna Franco, Diretora de Planejamento, Administração e Logística do ICMBio — Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

A SRA. ANNA FLÁVIA DE SENNA FRANCO - Bom dia, Deputado Márcio Macêdo, Deputado Raimundo Gomes de Matos, Deputado João, senhoras e senhores da plateia. Sou Diretora do Instituto Chico Mendes e gostaria só de introduzir, em termos estratégicos, como o Instituto vê o estímulo às parcerias com o setor privado para a gestão das Unidades de Conservação.

(Segue-se exibição de imagens.)

Atualmente o Brasil tem, no âmbito da União, 313 Unidades de Conservação.

As Unidades de Conservação são categorizadas em dois grandes grupos: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. Entre essas unidades, eu gostaria de destacar que a gente tem 69 Parques Nacionais, 30 Reservas Biológicas, 65 Florestas Nacionais e Reservas de Desenvolvimento Sustentável.

Nessas Unidades que eu destaquei aqui, observamos um potencial de ativos econômicos muito grande que poderiam contribuir para o desenvolvimento e para a economia, principalmente das localidades do entorno dessas unidades, que hoje a gente ainda explora muito pouco. As Unidades de Conservação ocupam 8,9% do território brasileiro. Então, em termos de dimensão, há uma grande dificuldade para promover a gestão dessas áreas.

A promoção da gestão dessas unidades implica manter a proteção e o desenvolvimento sustentável daquelas em que há possibilidade de desenvolvimento de atividades econômicas no seu interior, como as Florestas Nacionais, e as



reservas extrativistas, que são habitadas por comunidades que nelas exploram produtos de forma sustentável.

Observamos que temos um grande potencial de ativos econômicos a serem explorados e que poderiam propiciar principalmente o desenvolvimento das comunidades do entorno, gerando renda, gerando negócios e promovendo também condições para que a instituição pública possa garantir a proteção e a conservação dessas Unidades.

Atualmente temos a exploração de praticamente quatro Unidades. Dos 69 Parques Nacionais, em quatro há atividades econômicas sendo desenvolvidas por meio de instrumentos como concessão. São eles: o Parque Nacional da Tijuca, o Parque do Iguaçu, Fernando de Noronha e Serra dos Órgãos.

Recentemente, o Tribunal de Contas da União fez um trabalho extremamente elogiável, longo e profundo de avaliação da gestão das nossas Unidades de Conservação na Amazônia. Esse trabalho foi divulgado e está tendo uma enorme repercussão porque o TCU desenvolveu várias metodologias de análise e métodos que inclusive vão ser apropriados pelo Instituto Chico Mendes para avaliar e definir direcionamentos para a gestão das Unidades de Conservações.

Na Plenária Final que julgou o relatório de auditoria, duas recomendações que decorreram do acórdão aprovado dizem respeito a fortalecer e fomentar a articulação, instrumentos e mecanismos com o setor privado, para que a gente possa explorar, de forma consistente, as nossas Unidades de Conservação, no sentido não só de proporcionar a geração de renda, empregos, negócios e economia para o seu entorno, mas também de condições para que a gente venha a manter e gerir as nossas Unidades. Eu acho que esse é um importante direcionamento que o TCU vem nos passando, e nós estamos trabalhando no sentido de evoluir nesse caminho.

Gostaria de deixar claro que nenhuma das iniciativas que a gente tem tentado desenvolver está terminada e formatada, mas em processo de discussão. Um dos caminhos é entender como a PPP, a Parceria Público-Privada, no modelo que a gente tem estudado e já tem sido aprofundado para outros negócios inclusive, pode ser utilizada para a gestão das Unidades de Conservação.



O projeto piloto que está sendo desenvolvido para Jericoacoara e mais três unidades, que a equipe vai detalhar melhor, é uma das alternativas que a gente está estudando — e não está fechada. E nos honra muito poder vir aqui, ao Congresso, colocar em discussão e escutar todos os agentes envolvidos nesse processo, para que possamos aprimorar o instrumento e deixar muito claro que a diretriz do Instituto Chico Mendes é que, de todas as maneiras, o instrumento deverá proporcionar o desenvolvimento local. Se houver algum fator que não vá nesse sentido, a gente está aqui para aprimorar, para rever, para rediscutir.

Não temos ainda data para a implementação do instrumento. Ele está em discussão e em elaboração. Ele exige estudos econômicos, exige um aprofundamento para análise de viabilidade do negócio, e inclusive análise econômica do tempo de amortização desse investimento. Isso tudo está embutido no estudo que está sendo elaborado e que não está concluído ainda.

Por outro lado, nós estamos estudando também outras alternativas de parceria que não só a PPP, que podem se adequar a outros contextos de Unidades de Conservação. Percebemos, nesse grande número de Unidades, que cada uma tem características próprias, tem condições, tem contextos urbanos específicos do entorno e que os instrumentos a serem utilizados em cada uma delas devem levar em consideração as condições do entorno, como também o potencial econômico que ela poderá gerar para esse aproveitamento. Estamos fazendo um trabalho grande e profundo para levantar isso. A proposta é que a gente venha, ao longo do tempo, a instituir uma política nacional de parceria com o setor privado para gestão das Unidades de Conservação.

Por fim, gostaria de ressaltar que essa proposta vem exatamente ao encontro da conservação das nossas Unidades de Conservação. É uma alternativa para viabilizar a sustentabilidade no processo de gestão das Unidades de Conservação. A dependência total e única de recursos orçamentários, doações e parcerias não garante a sustentabilidade dessa gestão e não é adequada, uma vez que você percebe o alto potencial agregado às nossas Unidades.

Eu acho que é isso. O projeto específico da PPP, que é um dos projetos pilotos que a gente está desenvolvendo, vai ser melhor detalhado pelos amigos do Ministério do Planejamento e do Ministério do Meio Ambiente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Agradeço a Dra. Anna Flávia Franco pela exposição.

Registro aqui a presença do nobre Deputado Vicente Arruda, que muito nos dignifica com a sua presença nesta audiência pública, Parlamentar que conhece a região, é membro titular da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa e desenvolve um grande trabalho no Parlamento brasileiro.

Registro também a presença do nosso Prefeito Municipal de Jericoacoara, Francisco Lindomar, a quem convido para compor a Mesa. Registro também a presença do Presidente da Câmara Municipal de Jijoca de Jericoacoara, Vereador Roberto Canuto, e do Vereador Valdir Nonato Ferreira.

Dando sequência a nossa audiência pública, passo a palavra ao Dr. João Paulo de Resende, Diretor da Unidade de Parceria Público-Privada do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

O SR. JOÃO PAULO DE RESENDE - Obrigado, Deputado. Bom dia a todos. É um prazer estar aqui representando o Ministério do Planejamento, a Ministra Miriam, infelizmente, não pôde comparecer, ela está com uma agenda apertada por conta de demandas da Presidenta.

Pela terceira vez agora, eu acho que a gente vem debater esse projeto em algum tipo de audiência e a gente está sempre aberto a esse tipo de discussão. É muito bom estar aqui. Eu não me vou levantar, como a Anna fez. Eu prefiro falar sentado.

Eu vou falar rapidamente o que é uma PPP, porque às vezes gera uma confusão na cabeça das pessoas. A PPP é uma tecnologia que ainda está em disseminação no Brasil. Trata-se basicamente de um tipo de contrato que a administração pública faz com empresas, para que elas ajudem na prestação de algum serviço público. A legislação que foi criada em 2003, através da Lei nº 11.079, e tem sido muito utilizada por Estados e Municípios.

O Governo Federal vem desenvolvendo alguns estudos de projetos para serem contratados como parceria público-privada. Um desses projetos que está em estudo no Ministério do Planejamento é esse dos parques nacionais. Foi uma proposta trazida pelo Ministério do Meio Ambiente para o Ministério do Planejamento, em 2011, quando houve um protocolo assinado entre as duas



Ministras. A partir daí, a gente começou a desenvolver estudos. Foi contratada uma consultoria, que tem auxiliado o Ministério do Meio Ambiente e o Instituto ICMBio no desenvolvimento dos estudos. Os estudos ainda não estão concluídos. Aqueles que estão concluídos já foram disponibilizados para a Câmara; aqui houve um requerimento de informação, e a gente prestou as informações que tínhamos disponíveis à época; o restante dos estudos ainda estão sendo concluídos. Portanto, ainda não existe um direito autoral do Ministério ou do Governo Federal para poder disponibilizá-los. Eles devem ser concluídos em breve. Como a Anna falou, o fato de serem concluídos os estudos em breve não significa que já exista uma data definida para dar continuidade a esse processo. Pela própria noção da palavra estudo, significa que a gente está avaliando essa alternativa e não significa que uma decisão foi tomada nem quando ela vai ser implementada.

Voltando, então, só uma rápida explicação sobre o que é uma PPP. Ela é um tipo de uma concessão, uma forma de contratar uma empresa privada para prestar alguns serviços públicos, o que não significa necessariamente a transferência completa desses serviços para a empresa privada e não significa naturalmente que isso seja uma alienação de ativos ou uma venda de ativos pertencentes ao Governo à iniciativa privada. Ela tem mais a cara de uma terceirização do que de uma venda. A gente costuma usar muito a analogia de que é como você alugar um imóvel ou vendê-lo. Existe essa diferença entre você privatizar ou alienar completamente um determinado ativo público ou um serviço prestado por uma entidade pública e você trazer alguém para geri-lo durante um tempo. No caso do projeto que a gente vem estudando, a gente tem tentado trabalhar com o menor prazo possível por se tratar naturalmente de uma iniciativa que ainda é experimental, que a gente vai tentar ver se funciona.

Quando o ICMBio e o Ministério do Meio Ambiente trouxeram isso para a gente, em 2011, uma das preocupações que eles tinham era com o mecanismo que eles têm hoje de concessão dos parques, como a Anna falou que já existe e está em andamento em alguns parques nacionais com resultados positivos, mas tem certas limitações no que se refere à possibilidade de o ICMBio participar da gestão mais ativamente.



Então, na realidade, o que a gente está tentando tomar é um caminho um pouquinho diferente do que ocorreu com as concessões dos parques atuais para resgatar até um pouco mais a participação ativa do órgão ambiental federal responsável pela administração dos parques, para que o ICMBio possa participar de forma mais ativa da gestão.

Então, o contrato é um dos elementos dos estudos que estão sendo desenvolvidos e vai ser disponibilizado assim que for tomada a decisão de dar continuidade ao processo. Haverá uma consulta pública, que, pela legislação, tem que ser no mínimo de 30 dias e também haverá audiências públicas. Então, haverá um momento em que essa discussão vai ser feita da forma mais aberta possível, inclusive por exigência da legislação. Esse contrato permite que seja incluída ali todo tipo de disposição. A PPP tem uma gama bem aberta de possibilidades do que eu posso exigir, do que eu posso transferir, do que eu não transfiro. A gente está trabalhando justamente nesses ajustes finos para dizer: *“Olha, isso aqui é de competência da empresa, isso aqui ela não pode fazer, isso aqui é o que ela vai ter direito, e assim por diante”*. No momento oportuno, os senhores todos terão, assim com a sociedade brasileira, a oportunidade de ter acesso a esse contrato. Aí nós vamos desenhá-lo e fechá-lo da forma que atenda obviamente aos interesses de todos os envolvidos.

Eu vou encerrar por aqui. Acho que, se houver alguma pergunta específica, a gente endereça sem o melhor problema.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Nós agradecemos ao esclarecimento do Sr. João Paulo os esclarecimentos.

Dando sequência à audiência pública, eu passo a palavra ao Deputado Estadual João Jaime, que foi o autor do requerimento para ter a audiência pública na Assembleia Legislativa. A partir dessa audiência pública, como nós observamos que haveria a necessidade de um engajamento maior desta Comissão por se tratar de matéria também pertinente dentro do pacto federativo ao Congresso Nacional, nós, através dos Deputados Márcio e Azambuja, estamos realizando neste exato momento esta audiência pública.

Com a palavra o Deputado Estadual João Jaime.



O SR. DEPUTADO JOÃO JAIME GOMES MARINHO DE ANDRADE - Bom dia a todos!

Eu quero saudar o Presidente da Mesa, Deputado Raimundo Gomes de Matos, o Deputado Federal Vicente Arruda, Anna Flávia, do ICMBio, em nome dela saúdo todos aqui do ICMBio, o Prefeito Padre Lindomar, o Presidente da Câmara Municipal de Jijoca de Jericoacoara, Pedro Canudo, e o Vereador Belisco, também de Jijoca de Jericoacoara.

Eu vou fazer um breve histórico de Jericoacoara, que é um distrito criado em 1923 por uma lei municipal. Ele era do Município de Acaraú, depois passou para Cruz e hoje faz parte do Município de Jijoca de Jericoacoara. Em 1970, foi descoberto por suas belezas naturais como uma das praias muito visitadas por turistas, não só do Brasil como também do exterior.

Em 1982, a população de Jericoacoara se viu ameaçada por duas empresas que queriam se apropriar de toda aquela área em torno de 6.800 hectares, na época, era a empresa FININVEST, uma empresa financeira, e o grupo Machado, do Estado do Ceará. A FININVEST é de um grupo do Rio de Janeiro.

Foi uma luta muito grande até que, em 1984, 2 anos após essa luta — nessa época eu era Vereador em Acaraú; Jericoacoara fazia parte do Município de Acaraú —, o Presidente Figueiredo, na época o Presidente do Brasil, transformou esse local em área de proteção ambiental.

Em 1991, pela Lei nº 11.796, o Município de Jijoca de Jericoacoara foi criado. Então, isso deu uma autonomia maior a essa região, à área não só do distrito de Jericoacoara, mas a toda a região.

Em 1992, a construção de mais alojamentos foi proibida nesse local, a fim de limitar a quantidade de turistas e visitantes de Jericoacoara.

Em 1994, um dos mais importantes anos da história de Jericoacoara, foi publicado um artigo no jornal *The Washington Post*, escolhendo Jericoacoara como uma das dez praias mais belas e naturais do mundo.

Em 1998, um ano muito importante para Jericoacoara, chega a rede elétrica subterrânea, que era uma luta da população que queria energia, Já havia muitos geradores na época, mas não se queria energia convencional, porque iria tirar a beleza de Jericoacoara quando se colocasse a iluminação pública, pois o céu de



Jericoacoara é um dos maiores atrativos. Então, foi instalada em 1998 a energia elétrica. A quantidade de geradores existentes estava causando muita poluição sonora e ambiental. Isso foi uma grande conquista também.

Em 2002, outra grande conquista foi a transformação de área de proteção ambiental, que tem uma legislação mais branda, em parque nacional.

(Segue-se exibição de imagens.)

Eu queria voltar aqui para mostrar a importância do que é a preservação de Jericoacoara na sua totalidade. Vê-se aqui que Jericoacoara é uma ponta com 6 quilômetros de mar adentro. A vila se localiza nessa posição. Aqui tem um serrote de 98 metros de altitude. As dunas nascem aqui nesse litoral e percorrem toda essa área, varrem toda essa área, ora é duna, ora são lagoas, e morrem aqui no mar.

Segundo um estudo feito pela Universidade Estadual do Ceará, a duna que começa aqui percorre toda essa extensão até chegar aqui, no caso a Duna do Pôr do Sol, que é essa e que leva cerca de 50 a 60 anos, dependendo dos períodos invernosos e dos períodos de seca que ocorrerem naquele período. Portanto, toda essa área, além de ser parque nacional, é uma área de preservação permanente. Portanto, ela já é protegida pelo Código Florestal.

Aqui mostra exatamente a vila; aqui começa o serrote, o que eu falei, com 80 metros, tem o farol e aqui a Duna do Pôr do Sol. Essa aqui é a composição da Duna do Pôr do Sol.

Aqui é a vila, que hoje tem uma quantidade de hotéis, pousadas e restaurantes suficientes para atender a demanda de turistas, cerca de 500 a 600 mil turistas por ano, que está hoje delimitada. Também não há mais como expandir a vila, porque ela está marcada. Fora da vila é parque nacional e dentro da vila é uma zona urbana regida pela Prefeitura, pelas leis municipais, pelo Código de Posturas Municipal e também pelas leis ambientais normais de qualquer cidade.

O Governo, através do ICMBio, apresentou, em fevereiro, à população, que, pela primeira vez, tomou conhecimento de um projeto, de um estudo de viabilidade de PPP dos parques nacionais. Foi feita uma reunião. Até então, eu queria ressaltar que a empresa contratada foi a IDOM. Tudo isso aqui não foi disponibilizado. No dia em que eles apresentaram, eu estava com o fotógrafo e fiz as fotografias, mas em momento algum foi disponibilizado esse material.



A IDOM, que fez o estudo, que é uma empresa portuguesa, até então, ninguém tinha tomado conhecimento de que essa empresa tivesse estado em Jericoacoara, feito algum estudo ou se apresentado a alguém, ao Prefeito, ao ex-Prefeito ou a quem quer que seja.

Então, depois, já na audiência que houve em Fortaleza, na Assembleia Legislativa, disseram que isso era um projeto não acabado. De certa forma, eu queria dizer que é o que queriam fazer. Se existe um projeto, se foi contratada uma empresa para fazer esse projeto... Esta aqui é uma construção proposta. Você está vendo que, aqui na beira da praia, tem uma jangadinha, uma construção que descaracteriza totalmente a arquitetura natural de Jericoacoara. Era uma das propostas que foi apresentada para a construção de hotel.

Aqui também foi apresentado o que deveria ser feito: trilhas, posto de informação, controle de equipamentos, apoio e descanso. Esse apoio e descanso são, na realidade, um apoio com descanso e uma lanchonete na Pedra Furada, um local sagrado para todos. Ninguém aceitaria que você fizesse uma intervenção na Pedra Furada.

Apoio e descanso no serrote seria um restaurante. Foi proposto; depois foi dito que foi tirado. Apoio e descanso no estacionamento, canoagem, conservação, vigilância, segurança. Aqui vem lanchonete no Preá; lanchonete em Jijoca; lanchonete no Mangue Seco; lanchonete no Centro de Visitantes; construção de uma lanchonete para *kitesurf*; outro apoio e lanchonete para *kitesurf*; apoio e descanso Lanchonete Dunas.

Aqui eu quero fazer uma pausa, porque o ICMBio propor, mesmo que provisoriamente, a construção de qualquer intervenção numa área de preservação permanente, que é o caso, numa duna, é proibido. É preciso revogar o Código Florestal para que seja implantada qualquer construção nessa área. É ilegal! Na audiência pública da Assembleia Legislativa do Ceará, o representante da OAB declarou que, para que fosse feito o que o ICMBio quer no Parque Nacional de Jericoacoara, precisariam ser revogadas várias leis e vários artigos do Código Florestal e de outras legislações.

Pousadas, *campings*, alojamentos, pique no Preá, pique no Mangue Seco e no Centro de Visitantes. Aqui é a limitação do parque. Eu mostrei aquela foto das



dunas. Toda essa área é área de preservação permanente. Portanto, independente de ser parque nacional, não poderia ter nenhuma construção.

Aqui eles queriam fazer um hotel. Aqui é a Duna do Pôr do Sol, onde teria uma lanchonete. Aqui, na Pedra Furada, teria outra lanchonete. Aqui, no serrote, teria um restaurante. Aqui são outras intervenções que seriam feitas, todas irregulares, independente de ser área de proteção, de ser ou não parque nacional.

Aqui são algumas manifestações da população. Uma parte ainda não entendeu; outra parte, que entende, é contra. Não deixe isso acontecer! Um crime contra o Brasil, contra os brasileiros! Jeri não é do Governo; é dos nativos! Valeu, João Jaime! Isso é um absurdo! Querem tomar o que é nosso, o maior lazer! Só falta agora esse instituto, sem noção, estragar quem de direito, ou seja, o povo, que nasceu naquele paraíso e dele cuida! Samuel Melo Teodósio, Francisco Antônio Carneiro Vasconcelos, Cordeiro Souza, Lara Pongitori, Adail Chaves, Alba Monteiro. Não podemos permitir um desmantelamento desses só por dinheiro! Esse projeto ganancioso só vai trazer riqueza para quem vai investir, mas o lugar e sua beleza primitiva, que já estão muito mudados, serão destruídos!

Era isso que eu tinha a apresentar. Queria fazer mais algumas considerações. Jericoacoara é diferente das outras unidades de conservação. Se você comparar Jericoacoara — sempre gosto de comparar — com o Parque Nacional de Foz do Iguaçu, a beleza de Jericoacoara está nas dunas, no serrote, nas lagoas intermitentes. No período de chuva são lagoas, no período de seca elas secam, algumas ficam com água, mas todas são um complexo frágil que não pode sofrer nenhum tipo de intervenção.

Queria dizer também que nós não precisamos mais de pousadas, de restaurantes, de lanchonetes. Eles estão sobrando. Nós precisamos que o poder público, nos seus três níveis — estadual municipal e federal —, assumam os seus papéis, tanto a Prefeitura, quanto o Governo do Estado, quanto o Governo Federal, através do ICMBio.

A única coisa que precisa ser feita aqui é cercar a área, fazer os pórticos de entrada — no caso, três —, cobrar a entrada — eu acho que a entrada deve ser cobrada —, fazer os estacionamento, regular a entrada, não permitir o que está acontecendo hoje, melhorar os serviços públicos na localidade, saúde, educação,



que é deficitária, circulação de veículos dentro da vila, o ordenamento e o controle das construções.

Inclusive, esse estudo mostrou que essa arrecadação poderá chegar a 60 milhões por ano, entre estacionamento e cobrança de entrada dos visitantes. O Orçamento da Prefeitura de Jijoca — e o Prefeito está aqui — é de 30 milhões. Então, seria o dobro do que hoje arrecada o Município. Nós estaremos repassando para a iniciativa privada — e, aqui, você pode chamar de PPP, eu posso chamar de privatização... O nobre colega João Paulo, que falou aqui, disse que a privatização é como se você fosse vender; a PPP seria alugar. Acho “alugar” um nome muito forte. Alugar a nossa Jericoacoara! Acho que até pior do que privatizar seria alugar a joia maior que o Estado do Ceará tem, que é Jericoacoara.

Qual é a minha ideia? A minha ideia é que se faça a cerca — o Estado do Ceará, através da Secretaria de Meio Ambiente, já disponibilizou recursos; disse que tem recursos para fazer a cerca e fazer os pórticos —, que se cobre e que essa arrecadação seja administrada por um conselho formado pela comunidade, pela Prefeitura e pelo ICMBio. Pode haver uma participação do Estado, seja como for, mas todo recurso oriundo dessa arrecadação deve ser destinado ao Município, alocado para melhorar saúde, alocado para melhorar educação, para melhorar a questão do lixo de Jericoacoara. Que tudo seja devolvido para lá. Nós não podemos conceber que uma oportunidade de arrecadação, que é o dobro da arrecadação do Município, possa ir para as mãos de uma empresa privada.

Sugiro ao ICMBio, peço ao Instituto Chico Mendes, que retire Jericoacoara desse projeto nacional. Pode ser que em outros locais seja interessante, em Ubajara, Serra das Confusões, que não tem nenhuma infraestrutura, mas aqui é diferente. Nós somos diferentes de Foz do Iguaçu, nós somos diferentes da Floresta da Tijuca, nós somos diferentes da Ilha de Fernando de Noronha, e nós precisamos da ajuda de vocês.

Lá tem um posto do ICMBio que não tem recursos, não tem dinheiro, não tem diária, não tem como fiscalizar, e nós temos como arrecadar. O que destoa — vocês me viram apresentar aqui — é que não tinha um equipamento desses propostos que fosse destinado a um posto de saúde, nada para o social. Era o quê? Tudo para arrecadar. No dia da apresentação, foi nos dito lá que dessa arrecadação, quem



sabe — as palavras foram estas: “quem sabe” —, 10%, 15% ou até 30% poderiam ser destinados a projetos de educação ambiental.

Eu acho que o Instituto não conhece a complexidade do Parque Nacional de Jericoacoara. É um parque diferente. É um parque que precisa de uma visão diferente do Instituto, e o que a gente precisa é ordenar, e que cada ente público tome conta de sua parte, e não tentar resolver aquilo que não se resolve, pela desculpa da falta de dinheiro, transferindo isso para uma empresa, principalmente, da forma como vem sendo tocado, sem a participação, sem que ninguém tenha tomado conhecimento, sem que se soubesse que se estava pensando em fazer todo esse tipo de construção em cima das dunas, dentro das lagoas, ferindo o Código Florestal, ferindo a Lei de Parques Nacionais e ferindo o próprio Código Florestal.

Então, este é o apelo que faço: que o Instituto Chico Mendes repense sobre Jericoacoara ou que pense em um outro modelo, que seria o da administração participativa. O Município não pode ficar fora. O Prefeito está aqui e deve se pronunciar. O Município não pode ficar fora, o Estado não pode ficar fora, a comunidade não pode ficar fora. Isso não está acabado. Não está acabado agora porque a gente gritou. Se nós não tivéssemos gritado, se não tivéssemos feito esse movimento que foi feito desde o dia da apresentação, quando a população se revoltou, iria ser feito isso que eu apresentei aqui, porque aquele era o primeiro projeto, o projeto que estava sendo proposto para ser implantado. Se todo mundo tivesse ficado calado, era aquilo que realmente iria ser implantado.

Então, é isso que eu peço. É por isso que iremos lutar. Eu, como Deputado Estadual, fui o autor do projeto de preservação de Jericoacoara, em 1983. Irei lutar com todas as minhas forças, como lutei outras vezes, em Jericoacoara, para que isso não aconteça, porque eu sei que não é o melhor para o Município de Jijoca.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Após a exposição do Deputado João Jaime, passo a palavra à Dra. Giovanna, do Ministério do Meio Ambiente.

A SRA. GIOVANNA PALAZZI - Bom dia a todos! Estou aqui representando a Sra. Ministra do Meio Ambiente, que não pôde estar presente. Aproveito a



oportunidade para cumprimentar os Deputados e os colegas do Governo que também estão aqui.

A tônica da minha exposição é muito relacionada à necessidade e ao porquê da decisão de se trabalhar numa parceria público-privada no conjunto de parques nacionais. A gente entende que os parques nacionais devem ofertar para a sociedade serviços de qualidade, para que a sociedade possa usufruir desses espaços naturais.

A gente entende que os parques têm hoje um grande potencial de sensibilização da sociedade para a conservação da natureza. Geralmente, são espaços de grande beleza cênica, de uma importância para a biodiversidade; e a gente entende que é no turismo, no uso público, nas ações de educação ambiental que a gente vai fazer com que a sociedade tenha contato com esses espaços e consiga se sensibilizar. E aí a gente vai ter uma sociedade, vamos dizer assim, mais atenta para as questões ambientais.

A gente entende também, como a Anna Flávia bem explicitou, no início da audiência — temos 69 parques nacionais —, que o que a gente deve fazer é disponibilizá-los e abri-los para a sociedade. Essa é a nossa função enquanto Estado, enquanto um serviço voltado para a sociedade.

Entendemos também que o Governo Federal, sozinho, nunca vai dar conta de montar essa estrutura, de abrir os parques, estruturar, garantir a segurança do visitante, garantir um atendimento de qualidade, garantir que ele saia satisfeito dessa visita e possa disseminar a importância dos parques.

Assim, o Instituto Chico Mendes vem estudando diversas formas, como a Anna Flávia falou, de melhorar esse desenho de implementação dos parques nacionais. O orçamento nunca vai ser suficiente para o tamanho da nossa demanda, da nossa missão institucional. A parceria público-privada é uma dessas formas. A gente tem, por exemplo, acordos de cooperação com ONGs. Temos entendimento com prefeituras para trabalhar junto em parques e outras categorias de unidade de conservação. Há alguns exemplos bem interessantes. Temos exemplos de concessão de determinados serviços, como já foi citado aqui, o caso do Parque da Tijuca, do Parque Nacional do Iguaçu, da Serra dos Órgãos. Todos esses modelos são modelos em que o que a gente quer é diversificar e entender como funciona



cada dinâmica, principalmente porque, como o próprio Deputado João Jaime também citou, cada parque tem uma peculiaridade. Não dá para falar realmente que Jericoacoara é igual a Foz do Iguaçu. Não, não é, tem características diferentes, está localizado em regiões diferentes, com proximidade maior ou menor a grandes centros urbanos. Todos esses referenciais são importantes para que a gente possa entender essa dinâmica e escolher como vai se implementar um parque nacional.

Assim, nasceu a proposta de se diversificar mais uma vez esse modelo a partir de uma parceria público-privada. A intenção, de nenhuma maneira e em nenhum desses casos, não é que o Estado deixe de ter a sua função enquanto Estado, enquanto suas responsabilidades. Independente do modelo, a função de Estado de proteção dessa área, de proteção desse ambiente, de conservação e responsabilidade não deixa, em nenhuma hipótese, de sair do controle, do domínio do Estado, sendo, obviamente, que para cada um desses modelos a gente tem arranjos diferenciados de se manter, vamos dizer assim, esse controle.

Outra coisa que a gente vê que a PPP pode trazer é um ganho muito grande em termos de tempo de estruturação. Tanto do ponto de vista da infraestrutura alocada localmente quanto também do ponto de vista de pessoal, o ganho e a qualidade são muito maiores do que se a gente continuasse a implementação do parque.

Acho que quem conhece um pouco Jericoacoara entende também a dificuldade que hoje o parque tem. São poucos funcionários, uma guarita mínima nas entradas, e não se consegue garantir uma infraestrutura adequada para que a conservação desse espaço aconteça, para que o controle, o fluxo e a guarda desse ambiente e a implementação dos seus instrumentos de gestão aconteçam.

É importante ressaltar também que todo ordenamento já definido para o parque nacional é estabelecido por meio do seu plano de manejo. O Plano de Manejo de Jericoacoara foi aprovado, se não me engano, há 2 anos, mais ou menos; é um plano de manejo bem recente e que está em fase de implementação.

Todas essas infraestruturas que estão propostas foram discutidas e estão contidas dentro do plano de manejo da unidade de conservação. Obviamente, o plano de manejo não traz detalhes de como vai ser a construção, mas dá detalhes, sim, de que ali vai ser uma área a ser visitada, ali é uma área que necessita de um



aporte de infraestrutura, de algumas ações de manejo, como, por exemplo, o cercamento citado, o controle dos postos de entrada. Isso também está nesse documento.

Portanto, acho que é importante ressaltar que todas as propostas colocadas no âmbito da PPP já vêm de outro instrumento de ordenamento adotado pelo Instituto Chico Mendes, e esse plano de manejo foi amplamente discutido também, teve todo o acompanhamento do conselho consultivo local. Acho que a gente tem um norte a seguir com relação à implementação dessa unidade. Só a forma de implementar é que é essa inovação que a gente está buscando com esse modelo de gestão. Acho que há algumas questões específicas sobre as quais talvez a gente já possa conversar um pouco, a partir da exposição do Deputado, com relação, por exemplo, às construções e tudo o mais.

Um conjunto de estudos contratados para discutir a proposta de implementação da PPP nos quatro parques nacionais, dentre eles o Jericoacoara, já foi feito. Parte deles já foi finalizada; alguns já foram disponibilizados e outros ainda estão sendo finalizados. Desses estudos, por exemplo, os relacionados à construção têm um diferencial importante, que é a questão da sustentabilidade da proposta dos modelos da infraestrutura. Há questões relacionadas a iluminação, ventilação, eficiência de energia da infraestrutura, que são diferenciais importantes e que, para a gente, enquanto parque nacional, é o tipo de exemplo e de modelo que a gente tem que dar para a sociedade em termos de infraestrutura.

Às vezes, quando a gente olha no mapa a alocação dessas infraestruturas, a gente também não tem o dimensionamento nem o tamanho. Por exemplo, a questão da Pedra Furada. Recentemente fiz uma visita ao parque, e hoje o que a gente tem lá são estruturas muito, muito, muito precárias na entrada da trilha, e essas estruturas não dão conforto para o visitante, conforto para aqueles que estão ali oferecendo os seus serviços e nem a mínima segurança.

Então, quando a gente fala de ter um ponto de apoio, um ponto de descanso, é justamente para poder melhorar a qualidade dessa visita, como eu falei inicialmente. Logo, todas as infraestruturas, algumas maiores, outras menores, vêm com esse alinhamento com relação ao ordenamento do uso público do turismo, porque a gente precisa ter esses pontos de controle. Cada um dos atrativos vai ter a



sua capacidade de suporte estabelecida. Enfim, acho que todos os projetos, todos os estudos têm esse arcabouço e esse alinhamento.

Por último, só queria ressaltar um ponto. Já participei de diversas audiências públicas aqui na Câmara dos Deputados. Penso que esta é sempre uma boa oportunidade de a gente apresentar o nosso trabalho. Uma questão que eu acho muito importante é que, geralmente, a gente está no embate com outros interesses com relação aos parques nacionais, outros tipos de uso e outros tipos de ocupação. Então, quando a gente vem para uma audiência em que todo mundo quer o melhor para um parque nacional, independente do modelo que vai ser implementado, tudo isso é uma forma que satisfaz muito a gente também, porque, queira ou não, todos querem a conservação da área, todos querem o melhor para a área e que ela seja usada da melhor forma possível.

Eu acho que os arranjos não são excludentes e é possível fazer comitês de acompanhamento da parceria público-privada; é possível um maior envolvimento. Eu estive na Assembleia Legislativa, na audiência pública citada, no Estado do Ceará, e ali ficou claro o interesse do poder público local, do Estado e da própria Assembleia e da Câmara de Vereadores de Jijoca de acompanhar esse projeto e o processo de implementação do parque, independente do modelo adotado.

Então, acho que a construção desse arranjo já é uma construção bem importante e que, talvez, acabará se tornando uma provocação para que os entes se entendam e consigam avançar para a implementação, principalmente, do Parque Nacional de Jericoacoara. Mas também isso funciona para os outros três, principalmente porque um dos parques, o Parque Nacional de Ubajara, também está no Estado do Ceará.

Finalizo a minha fala e fico disponível aqui para mais perguntas e questionamentos. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Agradeço a participação da Dra. Giovanna.

Passo a palavra para o nosso Prefeito de Jijoca, Padre Lindomar.

O SR. FRANCISCO LINDOMAR FILOMENO OLIVEIRA - Neste momento, quero saudar a Mesa: os Deputados Raimundo Gomes de Matos e João Jaime, o Deputado Federal Vicente Arruda, o Presidente da Câmara de Vereador, Roberto



Canuto, e o Vereador Belisco, nativo de Jericoacoara, que conhece Jericoacoara mais do que todos nós aqui, porque nasceu naquela terra, é filho de Jericoacoara, é pescador.

Nós estamos numa situação de convivência com o ICMBio um tanto conflitante lá no Município, onde pescadores e aqueles que fazem o turismo estão um tanto desgostosos com as posturas que têm sido tomadas. Às vezes, parece que acontece de uma forma arbitrária, mas não é da parte, com certeza, do núcleo do ICMBio aqui em Brasília, mas muito mais daquele que dirige a instituição. Eu acho que a pessoa do Sr. Wagner Cardoso, lá em Jericoacoara, não... É mais benéfico ficar à frente do ICMBio questionando isso, porque o diálogo já está cessado. Pescadores e condutores do turismo não querem mais escutá-lo. Inclusive, eu tomei conhecimento de que pescadores do Mangue Seco recentemente queriam fazer uma grande concentração. Teve gente que ia fazer greve de fome, sentindo-se exatamente angustiada por não haver diálogo. Eu acredito que o que ocorreu foi falta de diálogo, que ocasionou tudo isso, e, como o Deputado João Jaime falou, se nós não tivéssemos gritado, feito movimentos, com certeza, nós não estaríamos sendo escutados.

Nós temos propostas. O Município de Jijoca é diferente porque é um Município onde 90% do que garante o pão do dia a dia, a nossa sobrevivência, é mesmo o turismo. Então, há vários pais de família que trabalham como bugueiros, vários pais de família que trabalham como caminhoneiros e vários pais de família que trabalham como guias. O susto foi muito grande.

Nós, de fato, não tínhamos conhecimento de tudo isso que foi colocado, como o estudo feito pela empresa. Eu mesmo, na condição de Prefeito, posso dizer aos senhores que, em nenhum momento, fui convidado para fazer uma proposta ou dialogar sobre esses assuntos que estavam sendo traçados, planejados, por essa empresa lá em Jericoacoara. Isso é estranho.

Nós estamos num país onde houve muita luta, muito derramamento de sangue para que nos tornássemos um país democrático, onde a gente pudesse refletir e trabalhar as ideias com harmonia. Isso nos espantou, porque até pareceu que nós estávamos ainda em 1964, naquele período da ditadura em que ninguém podia se manifestar, ninguém podia ser escutado. Nós ficamos um tanto



constrangidos enquanto população. Eu acredito que uma população com 17.002 habitantes merece todo o respeito das instituições, tanto da Prefeitura quanto da instância estadual e do Governo Federal, porque é um povo batalhador, que luta e que ultimamente está marcado por esta angústia: a preocupação da própria garantia dos direitos da vida, a sobrevivência. É um povo que está assustado. As pessoas de Jijoca estão assustadas com essa proposta que veio de cima para baixo mesmo. Penso que a população no seu todo precisa ser escutada, até porque Jericoacoara, como bem colocou o Deputado João Jaime, era como uma ilha dentro do parque, mas ela faz parte do Governo do Município de Jijoca. Jericoacoara não é área do Parque Nacional. Ela, em si, é do Município. Inclusive, é um distrito do Município de Jijoca, e, em vez de se fazer uma parceria com empresa privada, acredito eu que se pode fazer isso com o Município.

Deputado, esta é a proposta maior da população: fazer uma parceria entre o Município e o Estado. Nós somos capazes de conduzir esse projeto, de conduzir essa nova experiência. Vale a pena a gente experimentar. Se, caso contrário, não der certo, tudo bem. Poderemos ver outra alternativa. Mas eu penso que é fundamental que a gente faça essa tentativa, até porque nós estamos agora, inclusive, fazendo um decreto para normatizar o numerário de *buggies*, de caminhonetes D-20 que vão adentrar Jericoacoara para fazer o serviço do turismo. Esse decreto era para ter sido feito a tempo... Estamos também nos preparando para receber, agora, uma UPA em Jericoacoara. Até então estava certo que seria em Jijoca mesmo. Mas como lá essas UPAs vão ser diferentes... Quando eu estava vindo para cá, alguém da Secretaria de Saúde do Estado do Ceará me ligou dizendo que a UPA vai para Jericoacoara, porque ela vai ser mantida pelo Estado e não pela Prefeitura, já que lá há um fluxo turístico muito grande e o alvo são os turistas.

Então, eu creio que nós precisamos fazer esse diálogo. Eu peço ao ICMBio que repense, analise direitinho... Inclusive, hoje, eu questiono, com o sentimento democrático, jamais o de atingir a pessoa do Sr. Wagner Cardoso, mas com sentimento democrático, até de zelo pela vida dele, e digo que é interessante que o ICMBio repense a figura dele, porque é uma pessoa que está lá dentro conduzindo o Parque Nacional, mas que é totalmente incapaz de dialogar, seja com o pessoal de



Mangue Seco, da própria Jericoacoara, da própria Jijoca. Está ficando difícil o diálogo, e, quando cessa o diálogo, isso é um problema.

Eu falo aqui em nome da população, que quer o diálogo. Para os senhores terem ideia, houve um episódio há menos de 1 mês em que 80 pessoas do Mangue Seco cercaram três pessoas do ICMBio e não queriam deixá-las sair. Já houve esse motim: cercaram os fiscais do ICMBio que estavam lá e os fizeram apagar as fotos. A situação está caminhando para outros rumos, e isso a gente acha perigoso. A gente precisa crescer no sentido do diálogo com a população. Daqui a pouco começam essas manifestações, e é muito fácil a imprensa ir a Jericoacoara, porque o nome Jericoacoara é doce à imprensa. A imprensa toda quer estar a par do que ocorre em Jericoacoara, que é conhecida no mundo inteiro. Então, é muito fácil.

Do ponto de vista turístico, Jericoacoara é um patrimônio do mundo. Não é um patrimônio somente do Ceará ou do Brasil, mas do mundo, até porque ali residem pessoas dos mais variados países. Ali tem um dono de pousada que é da Itália; outro, que é da Alemanha; outro, que é da França; outro, que é do Japão; outro, que é da Indonésia; outro, que é da Argentina; outro, que é do Chile. Ali tem investidores dos mais variados países. São mais de 200 pousadas e hotéis. É uma estrutura muito grande, e a gente precisa fazer o diálogo. Isso não quer dizer que a gente vai conseguir dialogar com todos, pela morosidade que tem a administração pública. Nós sabemos que a coisa é muito morosa. A gente quer é acelerar esse diálogo, até para a coisa acontecer logo. É necessário a gente acelerar.

A minha participação é também para agradecer ao Deputado Raimundo Gomes de Matos pela iniciativa, ao Deputado Vicente Arruda, filho de Granja, lá pertinho, nosso Deputado da região que está aqui me acompanhando. Ele é o meu Deputado. Eu fico feliz por nós estarmos neste momento aqui, na Câmara dos Deputados, refletindo sobre essa temática com tranquilidade, com parcimônia e pedindo, fundamentalmente, diálogo, de modo a que a gente possa amadurecer isso.

Enfim, é preciso bastante maturidade, porque Jericoacoara, como o Deputado João Jaime falou, é uma área bem diferente. Ali inclusive há uma realidade multicultural que nós temos que considerar. São várias culturas naquele contexto de Jericoacoara. Ali não é só a cultura brasileira, não adianta a gente se enganar. São



várias culturas de vários países que estão presentes ali. A coisa se torna mais séria e o diálogo inclusive se torna um desafio quando há essas multifaces de diferentes culturas.

Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Encerrado o período dos expositores, nós queremos aqui afirmar que, com certeza, a palavra do Prefeito de Jijoca, o nosso Padre Lindomar, também representa a palavra do Presidente da Câmara Municipal de Jijoca, do Vereador Roberto Canuto, que está aqui presente, e do Vereador Valdir.

Registro a presença do Prefeito do Município de Maranguape, Região Metropolitana de Fortaleza, que é também usuário dos equipamentos de Jericoacoara.

Esta nossa iniciativa deveu-se a um convite que recebi da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará para participar de audiência pública. Eu era total desconhecedor da problemática e senti que esse problema deveria vir a esta Casa, até porque, junto com o Deputado Azambuja e o Presidente desta Comissão, nós fomos fazer uma análise da questão por que hoje passam os parques nacionais. E, como foi bem relatado, há necessidade, sim, de se buscar parcerias público-privadas. A gente observa que o Orçamento da União, o gerenciamento... Por mais capacidade que tenham os técnicos integrantes do Instituto Chico Mendes, eles não conseguem fazer com que essas unidades possam ser autossustentáveis.

Agora, o que causou indignação a esta Casa e ao povo cearense foi o modo como o processo foi conduzido. E não se pode afirmar isto: *“Ah, é coisa de última hora, é coisa recente!”* Não, no dia 20 de outubro de 2011, a Ministra do Planejamento e a Ministra Izabella Teixeira assinaram o termo de cooperação para a PPP, em 2011, com celeridade, com a perspectiva, por determinação da Presidente Dilma, de que nós precisaríamos ter isso concretizado para ter a Copa lado a lado com o projeto do aeroporto de Cruz, na região. Então, houve toda uma compreensão de que era urgente urgentíssimo. Infelizmente, muitas obras do Governo Federal estão atrasadas e isso não avançou, senão essas edificações talvez já estivessem lá.



O mais grave de tudo isso: a autoridade maior no Estado é o Governador do Estado, a autoridade maior no Município é o Prefeito Municipal, e nem sequer concederam a palavra ao Prefeito para ele falar, no dia em que os senhores e as senhoras estiveram lá, apresentando uma proposta. E nem um documento entregaram ao Parlamento Estadual. Isso é gravíssimo! Como é que se vai propor uma PPP às escuras?

Essas imagens no documento que nós recebemos foram batidas com celular, quando da exposição dos técnicos, lá. Como é que se reúne o Conselho, faz-se a convocação do Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente — CONPAM, do Conselho Consultivo do Parque de Jericoacoara, com a documentação pronta para ser assinada... Se eles assinassem, desculpe-me pelo termo, a vaca teria ido para o brejo! Eu já fui Prefeito e sei a autonomia, a competência constitucional que tem um Prefeito Municipal. Os Srs. Vereadores sequer tomaram ciência! Como é que se vai propor a realização de uma PPP ao Município se o gestor não toma ciência? Eu indago isso a V.Exa.

Ele já falou que nunca foi contatado por essa empresa. Eu vou verificar de quantos milhões de reais é este contrato com a empresa — estou conferindo o nome da empresa — IDOM, com sede na Rua General Firmino Miguel, em Lisboa.

A Comissão vai levar à frente essa matéria, para que nós possamos buscar o entendimento e ver efetivamente o que se deve fazer. É claro que nós não somos contra as PPPs, muito pelo contrário. O Brasil poderia estar muito mais avançado se as PPPs tivessem avançado. Está aí o caos nos aeroportos, está aí o caos nos portos, está aí o caos nas BRs. No dia 22, eu vou fazer uma audiência pública sobre a transposição da Transnordestina, um descaso com o Nordeste brasileiro. Estão lá 11 navios no Porto do Pecém, no gargalo, porque não tem rodovia para escoar a produção. Esse não é o Brasil que nós queremos, não é o Brasil que a população brasileira está querendo!

Pelas exposições dos nobres representantes do Governo, do nobre Prefeito e do Deputado João Jaime a gente observa que faltou diálogo. É como se fosse assim: *“Não, vamos fazer! Vamos levar ao Conselho, para ser aprovado! Vamos fazer!”*



Esse é um assunto de 2011. Está aqui o documento. Passaram-se 2011, 2012 e 2013. Três anos se passaram! E isso gera toda essa insatisfação na população, essa instabilidade, a ponto de o representante do Instituto Chico Mendes até ser... A população não admite o tratamento, não admite! A gente conhece o perfil aqui do nobre Prefeito, conhece o perfil dos Vereadores, da comunidade do Município de Jijoca, uma comunidade pacífica, uma comunidade que quer realmente o seu desenvolvimento. Mas, por que não chamar o Governador Cid, não chamar o Secretário das Cidades, o Secretário de Turismo do Ceará, o nobre Prefeito?

O SR. FRANCISCO LINDOMAR FILOMENO OLIVEIRA - Um aparte, Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Pois não.

O SR. FRANCISCO LINDOMAR FILOMENO OLIVEIRA - O Deputado João Jaime inclusive ressaltou a questão das lutas que já houve. O pessoal de Mangue Sangue, por exemplo, é um povo que já lutou contra a Fininvest, é um povo que é acostumado com a luta. Não estou querendo aqui dizer que nós somos diferentes, porém nós somos um povo assim: se precisar fazer concentração ou barricada, nós vamos fazer, porque nós vamos defender os nossos direitos, o nosso ganha-pão, sem ferir nenhum princípio. Nós vamos fazer com parcimônia, mas, se necessário for, nós vamos fazer. Nós vamos chamar a imprensa. Eu já falei da última vez, e aqui eu repito: nós queremos ser escutados, nós não aceitamos a coisa do jeito que está.

Eu estou feliz por esta audiência pública, porque eu acredito ser esta mais uma instância de debate para a gente amadurecer essas ideias. O que ocorreu recentemente em Mangue Seco foi o seguinte: eram três agentes do ICMBio, inclusive com dois policiais. E a multidão dizia: *“Apague as fotos”*, porque a gente saiu tirando foto de cada um dos carros. E eles diziam: *“Nós estamos na trilha mais antiga do período invernos, tem que ter uma passagem. O pessoal precisa passar.”* É só isso! Em todos os Parques Nacionais é comum se fazer a mudança provisória da trilha quando, por exemplo, alaga aquela passagem corriqueira que se tem ali, do dia a dia. E isso acontecia em outros anos. E a população de Mangue Seco, de mais de 2 mil habitantes, ficou de uma certa forma angustiada exatamente pela inviabilidade, porque eles não podiam mais passar, de jeito nenhum, para



Jericoacoara. Isso não existe! É o destempero daquele agente que está lá, que não está conseguindo dialogar, ou seja, a pessoa chega ao ponto de dizer: *“Aqui não passa mais de jeito nenhum”*. O pessoal precisa trabalhar, o pessoal precisa ir a Jericoacoara. *“Não passa mais de jeito nenhum!”* Isso não existe! É necessário ter uma alternativa. Foi isso que ocorreu.

E eles eram cidadãos, não tinha nenhum bandido lá! Há uma gravação em que eles foram chamados pelo gente do ICMBio de “quadrilheiros”, de “quadilha”. O povo de Mangue Seco não é uma quadilha, é uma população que sabe lutar. O que eles disseram foi o seguinte: *“Ou os senhores apagam as fotos que estão nesta máquina, ou os senhores não vão sair, vão ficar aqui conosco”*. Foi isso que ocorreu. Foram mais de 80 bugueiros que fizeram isso.

Eu coloco isto aqui até no sentido de a gente entender que é preciso dialogar, que é preciso rever essas estruturas que estão de certa forma comprometidas. Da forma que estão, não dá!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Agradeço ao nobre Prefeito.

Para concluir e passar a palavra ao Deputado Vicente, que conhece a problemática muito mais do que eu, quero dizer o seguinte: de 2011 para cá, pelo que consta aqui, essa IDOM vem recebendo dinheiro. E se não há um estudo pronto, o que eles iam fazer lá nessa reunião do Conselho? Aprovar o quê? Nós não fomos atrás do Banco Interamericano para saber qual é parceria dele com o projeto, porque, pela Comissão Mista de Orçamento, pelo que nós verificamos aqui, há recursos do Banco Interamericano. Eu não sei se alguém pode me dizer o contrário. Agora, quanto? O que consta na pactuação assinada pela Ministra do Planejamento e pela Ministra do Meio Ambiente? Ninguém sabe!

Já conversei com o Presidente da Frente Parlamentar, o Deputado Sarney Filho, e já conversei com o Presidente da Comissão, para que nós possamos estabelecer um grupo para ir ao Ministério do Planejamento, onde somos sempre bem atendidos, e ao Ministério do Meio Ambiente, fazer essa interlocução, para que a Assembleia Legislativa, a Câmara Municipal, a Prefeitura possam ser as instâncias, no âmbito do Estado do Ceará, para fazermos a pactuação; para que nós



possamos ter um desenvolvimento sustentável, possamos ter todo o cumprimento do Código Florestal, que nós aprovamos aqui, numa luta bastante expressiva de vários Parlamentares, a fim de termos tranquilidade e não gerarmos tensões sociais na região, porque, com certeza, isso pode se estender às demais regiões. Nossa observação é essa. Esperamos que, ao final desta audiência pública, nós possamos ter os devidos encaminhamentos.

Já temos a participação de internauta, querendo saber: *“Quem será o maior beneficiário, com a transferência da gestão do Parque de Jericoacoara: a sociedade, a iniciativa privada?”* É uma pergunta do participante Peter, direcionada à Mesa, enviada diretamente para o *e-mail*. Na conclusão dos trabalhos, nós vamos apresentar as nossas orientações.

Registro a presença do Prefeito de Maranguape, com a sua comitiva, e da Presidente da Confederação Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde, Sra. Ruth Brilhante, que é de Goiás.

Com a palavra o Deputado Vicente Arruda.

O SR. DEPUTADO VICENTE ARRUDA - Deputado Raimundo Gomes de Matos; Prefeito de Jijoca de Jericoacoara, Lindomar; Deputado João Jaime; Sra. Giovanna; Sr. João Paulo, eu ouvi com muita atenção as exposições feitas por todos os membros da Mesa. Agora, é preciso deixar bem claro que Jericoacoara é uma exceção aos demais Parques Nacionais, mesmo porque há um núcleo populacional enorme dentro do Parque, que, como se refere o Deputado João Jaime, já existia muito antes do Parque.

O Parque foi criado para preservar a natureza como está, porque lá não há construção. É um mar de areias que se transforma, na estação das chuvas, em lagoas. Então, não há necessidade de se ter uma infraestrutura ao longo do Parque porque tem uma estrutura fixa na própria Vila de Jericoacoara. E é um órgão local, não é um órgão nacional. Ali tem todas as estruturas e pode perfeitamente o órgão local disciplinar o acesso ao Parque, porque a sede do Município é o local de onde saem os turistas para visitar Jericoacoara. E isso não pode ser feito por uma pessoa privada sem que se saiba quais são as condições, porque a população local — o pessoal da sede, o pessoal do Ceará — tem que ter acesso permanente a Jericoacoara, e de Jericoacoara à sede do Município. Então, não se pode fazer uma



coisa sem ter um contato permanente, sem ouvir a população local, porque há nativos lá que vivem da pesca.

A Prefeitura precisa ter autonomia e conhecer como vai ser feita essa parceria. A parceria não pode ser feita à revelia do povo local, porque Jericoacoara não é um deserto, não é um local sem população. Há pessoas. É um núcleo forte, tem 200 pousadas. A gente não pode permitir que se vá explorar o acesso dessas pessoas para fins de remuneração. Isso poderia reverter em benefício do próprio Município. O Município tem condições, com a ajuda do Parque Nacional, de fazer a gestão, juntamente com o Estado.

Em toda regra há exceção. É preciso que se conheçam as condições. O Deputado João Jaime mostrou que Jericoacoara é um caso à parte entre os Parques Nacionais. E esse estudo, que está sendo feito à revelia da população, à revelia do Poder local, à revelia do Poder do Estado, é um ato arbitrário, autoritário. É preciso que as pessoas conheçam as condições locais da população, a maneira como elas vivem, para que esta não seja perturbada por uma imposição vinda do ICMBio, sem que a população seja consultada.

Nós não somos contra a gestão público-privada, não, mas ela tem que tender e respeitar os costumes locais, defender a população local que vive do transporte da sede para o Parque. A população local vive disso, e não pode ser disciplinada. Suponhamos que eles queiram criar um sistema próprio de transporte de acesso, prejudicando a população local! Teria que ser previsto, na parceria, que se respeitassem as pessoas que já estão levando os turistas para o Parque. É necessário que se pondere isso.

Esse estudo que está sendo feito, pelo que eu sei, ainda não tem nada determinado. É preciso que nós conheçamos o contrato, as condições, as cláusulas, para que não se prive do acesso livre a população local. Não é só a população dos turistas, não: a parceria tem que servir, principalmente, ao povo da localidade. Os turistas poderão ser encaminhados, mas através da população local.

O que nós tememos não é a parceria público-privada, não. Ao contrário, ela é bem-vinda, mas desde que atenda às condições do local e que sirva melhor à população de Jericoacoara, dos Municípios vizinhos e do próprio Estado, porque, lá no Ceará, Jericoacoara não é só um ponto turístico internacional, é um ponto do



turista nacional e local, é gente do Ceará que se desloca para lá e que precisa ter o acesso garantido nas condições locais.

Eu acho que o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade — ICMBio deve reiniciar o processo de parceria com a iniciativa privada, criando um conselho ou um grupo de trabalho ao que tenha acesso o poder local e o poder do Estado. Com isso, nós poderemos fazer uma coisa que satisfaça e atenda não só aos turistas e ao sistema de manutenção e gestão do Parque economicamente viável e sustentável, mas também que a população local tenha a retribuição e os lucros que advierem da exploração do Parque.

O Parque foi feito para proteger a vila, porque a beleza está na vila, e nós não podemos jamais permitir que uma empresa privada vá auferir os lucros da gestão do Parque sem dar uma contribuição à Prefeitura, porque existe uma população permanente dentro do Parque.

Por isso, eu tenho certeza de que a ICMBio, com a sua representante aqui, a Dra. Giovanna, levará em conta a necessidade de reiniciar esse estudo, de ouvir a autoridade local e arranjar um sistema diferente para os demais parques em que haja participação da Prefeitura, não só na gestão como também na renda que advier da exploração do parque.

Este é o sentido desta audiência: evitar que se faça uma coisa à revelia do povo de Jericoacoara, que poderá ser altamente prejudicado se não for ouvido e se não for atendido nas suas reivindicações, nos seus anseios e na sua maneira de viver.

Eu peço aos representantes do Meio Ambiente que levem em atenção esse negócio, porque, se não se proceder assim, haverá uma reação muito grande por parte da população local, tornando inviável o processo, gerando violência, conflito e incompreensão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Agradeço ao nosso decano, nosso constitucionalista Deputado Vicente Arruda, pelas suas observações. Creio que veio somar ao que já foi exposto pela Mesa.

Antes de passar para a chamada tréplica dos convidados, vamos abrir espaço para o Poder Legislativo Municipal, na pessoa do Presidente da Câmara, nobre



Vereador Roberto Canuto, que aqui também está ao lado do Vereador Valdir Belisco.

O SR. ROBERTO CANUTO - Gostaria de cumprimentar a Mesa em nome do ilustre Deputado Raimundo Gomes de Matos. Eu gostaria de parabenizá-lo pela iniciativa de trazer a esta Casa essa discussão tão importante — acho que é a primeira discussão dessa temática. Saúdo o Prefeito Lindomar, juntamente com o Deputado Vicente Arruda, que falaram muito bem nas suas palavras.

É praticamente impossível tratar Jericoacoara diferentemente. Nós temos que trabalhar em cima de uma realidade totalmente atípica. E nós temos que discutir com a comunidade local. Nós temos que ouvir a Câmara de Vereadores, a qual eu represento aqui, juntamente com o companheiro Belisco.

A comunidade de Jijoca de certa forma se sente revoltada por não ter tido a oportunidade de discutir. Inclusive, houve uma audiência pública em que a palavra do Prefeito foi vetada na exposição desse plano piloto.

Então, eu gostaria de deixar aqui registrada a imensa preocupação de que esse plano, esse projeto seja discutido na comunidade de Jijoca de Jericoacoara, seja discutido com todas as categorias que vivem de Jericoacoara, como bem falou o Deputado Vicente Arruda — os bugueiros, os donos de caminhonetes, os donos de pousadas, os donos de restaurantes —, porque nós não sabemos qual é a real intenção desse projeto. Nós não sabemos, se esse projeto for realmente implantado, se vai tirar o ganha-pão dessas pessoas que vivem dessa comunidade. Então, nós temos que ter uma cautela muito grande ao tratar de Jericoacoara, porque a nossa Jericoacoara é a mãe da nossa região. Uma boa parte do Estado do Ceará vive financeiramente dependendo de Jericoacoara, e o restante do Brasil vive do nome de Jericoacoara.

Então, eu gostaria de deixar aqui o registro, o apelo para que a gente vá a Jericoacoara, vá à comunidade discutir com a população local, com o Prefeito, com a Câmara de Vereadores, com os representantes do Estado, com o Secretário de Turismo, com o Governador, para que a gente possa traçar realmente um plano que se adapte à nossa realidade. É exatamente isso que eu queria deixar registrado.

Passo a palavra ao Vereador Belisco, que é nativo de Jericoacoara. Eu prontamente o convidei, porque ele está dentro da comunidade e realmente sabe o



anseio da comunidade. Eu o trouxe para esta audiência pública para representar aquela vila.

O SR. VALDIR BELISCO - Bom dia a todos. É um prazer poder estar aqui nesta audiência pública. Quero saudar a Mesa, em nome do Deputado Raimundo Gomes de Matos, o nosso Prefeito de Jijoca de Jericoacoara, o nobre Deputado Vicente Arruda e todos os demais presentes.

Na minha fala, Prefeito, eu até me dirijo ao senhor, que citou muito bem o fato de eu ser de Jericoacoara, pescador. Muito obrigado pela sua fala, por você me colocar como uma pessoa que nasceu e se criou na comunidade de Jericoacoara. É uma honra ter nascido naquele lugar, é um grande prazer. Na sua fala, o senhor até falou que eu estaria feliz em estar aqui nesta audiência pública. Eu concordo que eu estou também feliz. Agora, eu queria aqui fazer uma ressalva diante dessa felicidade.

A nossa Jericoacoara foi transformada em área federal em 2002, se não estou olvidado, designada Área de Proteção Ambiental desde 1984. E nós temos um Conselho Comunitário lá muito bem representativo, como também temos outras entidades na Vila de Jericoacoara, além do Conselho Comunitário, que representam muito bem aquela localidade e defendem muito bem Jericoacoara, na pessoa do Presidente do Conselho Comunitário, Sr. Elenildo, e outros presidentes que temos na comunidade de Jericoacoara.

Então, aproveitando aqui esta audiência pública, quero também fazer uma observação: que, na audiência pública realizada em Fortaleza, nobre Deputado e todos aqui presentes, participaram apenas cinco membros do Conselho Comunitário e dois moradores da vila. E olhe que nós temos uma comunidade de 3 mil habitantes hoje em Jericoacoara. Só dentro da Vila de Jericoacoara, sem falar do Município ao todo, nós chegamos a mais de 17 mil habitantes no Município de Jijoca. Então, a nossa comunidade, naquele momento, foi muito pouco representada. É muito bom deixar isso aqui registrado nesta audiência pública, porque nós tínhamos apenas cinco representantes de Jericoacoara na audiência pública realizada em Fortaleza.

Aqui, em Brasília, nesta audiência pública que é muito louvável, graças à solicitação que foi feita ao nobre Deputado que hoje está aqui dirigindo a Mesa, muito bem representada por V.Exa., eu fui convidado pelo Presidente da Câmara



Municipal de Jijoca, mas Jericoacoara, neste momento, não está muito bem representada aqui nesta audiência pública, porque eu sinto a falta dos moradores da nossa vila, porque são eles que sabem da maior necessidade que tem Jericoacoara. São os nascidos e criados naquela localidade que conhecem a real situação daquela comunidade. E muitas das decisões tomadas em Jericoacoara vieram de cima para baixo, sem ouvir a localidade moradora. Isso fere os princípios da nossa democracia e do nosso povo, que conhece a realidade da nossa vila.

Gostaria inclusive de lembrar aqui também que, se eu não estiver olvidado, a própria gestão do ICMBio — Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, em Jericoacoara, deveria estar hoje nesta audiência pública aqui em Brasília, mas não se encontra presente. E quero até confessar que eu perguntei por que não vieram. Disseram-me que não tinham sido comunicados desta audiência pública aqui em Brasília. Eu pergunto aos senhores: como eles não foram convidados, se são gestores que representam o ICMBio, o Parque Nacional, dentro da nossa comunidade? É uma pergunta que faço a V.Exa. e a todos os presentes. Como não estão presentes, se eles são os verdadeiros responsáveis pelo Parque Nacional de Jericoacoara? É lamentável a gente ver dessa forma esta audiência pública, destinada a discutir o Parque Nacional de Jericoacoara, cujos gestores não se encontram aqui hoje, em Brasília, nesta reunião.

Eu quero dizer aos senhores que, além de Vereador, representando a Câmara Municipal de Jijoca e de Jericoacoara, defendendo o Município de Jijoca também como um todo, também faço parte, nobre Deputado, do Conselho Consultivo do Parque Nacional de Jericoacoara, como também o meu amigo Cacau, lá de Mangue Seco, que representa o Município como um todo. Nós temos lá uma vaga designada pela Câmara dos Vereadores. Eu e o Cacau, lá de Mangue Seco, representamos o Conselho Consultivo do Parque Nacional. Então, é lamentável ver tão pouca representatividade dos moradores.

Eu quero pedir aqui, nesta audiência pública, que o ICMBio ouça a comunidade de Jericoacoara, que vá à localidade de Jericoacoara, porque a primeira audiência pública foi realizada em Jijoca. Está dentro do nosso Município? Está. Foi louvável ter sido em Jijoca? Foi; a gente considera. Mas a comunidade de Jericoacoara, a qual estou hoje aqui representando, está lá ansiosa, preocupada, e



me pediu, por ter sido nascida e criada naquela localidade — e eu fui Presidente do Conselho Comunitário lá durante 9 anos e hoje sou Vereador, representando o Poder Legislativo do Município de Jijoca, em Jericoacoara, com muita honra —, que eu solicitasse ao ICMBio que visitasse Jericoacoara para ouvir, numa audiência pública, seja uma, seja mais de uma, a nossa comunidade e sentir as necessidades daquele povo, porque tem coisas nessa Parceria Público-Privada que a comunidade de Jericoacoara defende e tem coisas que ela não defende.

Então, é preciso que a nossa comunidade seja ouvida dentro de Jericoacoara. Ela foi ouvida dentro da sede do Município? Tudo bem, a reunião foi longa e ótima! Mas precisamos ouvir aquela localidade. Então, eu peço aqui, em nome da nossa comunidade de Jericoacoara, nobre Deputado Raimundo Gomes de Matos, a realização de uma audiência pública em Jericoacoara, com a participação dessa empresa, do ICMBio, dos órgãos responsáveis, da Prefeitura e do Estado para ouvirem os anseios do nosso povo.

Eu faço aqui este grande apelo a essas autoridades em nome da nossa comunidade que tanto nos cobrou quando viemos representar todos aqui hoje em Brasília. E aqui eu deixo o meu registro e peço, mais uma vez, que essas autoridades visitem Jericoacoara para ouvir os anseios do nosso povo, porque, e só finalizando aqui as minhas palavras, o maior investimento aqui é pensarmos naquela localidade como um todo, o Município como um todo, contribuindo para uma melhor educação para o nosso povo, para uma melhor segurança, e investindo na cultura e no lazer daquela comunidade, tanto de Jericoacoara como o Município como um todo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Agradecendo a participação do Poder Legislativo, nós queremos também ressaltar que o Presidente da Casa, Henrique Eduardo Alves, tem sempre orientado as Comissões, no caso específico aqui do Presidente desta Comissão, Márcio Macêdo, para que, quando das audiências públicas, sempre visar o fortalecimento do pacto federativo e a participação dos poderes constituídos, a fim de que nós possamos, através desses processos, democratizar todas as informações. Então, é importante a presença do Poder Legislativo Municipal, assim como a do Poder Executivo.



Quero dizer que, no momento em que a Comissão oficializa as entidades e a equipe de Governo no Ministério, através de ofício, cabe a esses gestores o convite aos demais membros para participarem da audiência pública. Então, no caso, não havendo representante lá, a Comissão oficializa o Ministério e o Instituto e lá eles convocam quem achar de direito para fazer a discussão.

Em relação à solicitação de V.Exa. de audiência pública, ao finalizarmos aqui, nós vamos ver quais são os encaminhamentos que o Ministério do Planejamento, o Ministério do Meio Ambiente e o Instituto irão dar para que nós possamos estabelecer, em parceria com o Presidente Henrique Eduardo Alves e o Presidente da Comissão, Deputado Márcio Macêdo, sabendo que o que for de necessário em termos constitucionais, em termos de Regimento, em termos de garantia do cumprimento de alguma normatização, se caso for preciso, nós temos a presença, como eu sempre digo, do nosso professor, do nosso decano jurista, Deputado Vicente Arruda, que sempre aqui nos orienta e, na CCJ, faz com que muitos dos debates aqui nas Comissões passem pela Comissão de Constituição e Justiça.

Então, encerrado o prazo dos expositores e dos convidados, eu passo aqui a palavra para o nosso estimado João Paulo Resende, para as considerações finais e os encaminhamentos que possa fazer, através do Ministério do Planejamento, a fim de que esta Comissão possa deliberar sobre os procedimentos que deverão ser adotados.

O SR. JOÃO PAULO DE RESENDE - Obrigado, Deputado.

Eu vou aproveitar estas palavras finais para tentar fazer alguns esclarecimentos aqui que eu acho que podem elucidar o debate e as pessoas saírem com tranquilidade um pouco maior em relação a esse processo.

A primeira coisa que eu queria dizer é que o evento realizado em Jijoca, em fevereiro, não foi propriamente uma audiência pública. Nós fomos àquele evento para nos reunir com os conselheiros do Parque, a fim de apresentarmos as primeiras ideias do projeto. Acabou que, sendo um evento aberto, houve a participação da população, de representantes locais, como o Prefeito e o Deputado João Jaime, e eu acredito que, por conta de nós não termos previsto essa característica de evento, houve uma série de erros de condução. E faço uso da palavra agora inclusive...



O Prefeito não foi vetado de falar, mas houve uma confusão na lista em relação à ordem das pessoas que iriam falar. E eu, pessoalmente, imagino que o pessoal do ICMBio, que também estava organizando o evento, reconhece que isso foi um erro. E eu peço desculpas formalmente para o Prefeito aqui. Nunca houve a intenção de não deixar o Prefeito falar, mas eu acho que foi um erro de organização, e reconhecemos esse erro.

E, a partir daí, surgiu a audiência na Assembleia Legislativa do Ceará, e agora este evento aqui. Eu queria citar uma frase do Deputado Vicente Arruda, que está saindo aqui agora — não é para que V.Exa. fique, Deputado. É só para citar uma frase de V.Exa., que eu acho muito apropriada (*riso*), que foi a seguinte, e os senhores podem ouvir: *“Não se pode discutir isto aqui sem se saber as condições”*. Ele foi perfeito em dizer isso. Por isso, a gente não deu início a esta discussão antes, porque as condições ainda estão sendo fechadas no contrato que está sendo desenhado, que não significam que, uma vez fechadas, não estão abertas para a audiência pública, como eu falei aqui, ou para discussão com a sociedade.

A legislação nos exige que façamos esse processo, que tenhamos uma consulta pública de, no mínimo, 30 dias, que tenhamos audiências públicas nos locais que são afetados e interessados, como todos os outros processos de concessão que são feitos pelo Governo Federal. E isso seria feito, foi antecipado, e ousou dizer que talvez nenhum projeto de... A gente é muito atacada aqui, quando está debatendo, mas já tivemos três eventos de discussão antes da conclusão dos estudos. No Ministério do Planejamento, a gente acompanha projetos de todas as áreas, não só dos parques do ICMBio, mas desde aeroportos até rodovias que estão sendo construídos, enfim, uma infinidade de áreas, por ser um órgão central que acompanha isso.

Eu ousaria dizer que poucos projetos, se não nenhum, já tiveram três eventos de discussão antes da conclusão dos estudos — e antes de eu poder chegar aqui ou do ICMBio —, com as condições que o próprio Deputado Vicente Arruda solicitou. Então, queremos saber como vai ser a relação com essa empresa. Isso ainda é algo que está sendo desenhado.

Eu acho que foi bastante prudente e acertada essa mobilização da comunidade local. Acho que devem continuar com esse tipo de participação ativa,



pois é imprescindível, e, sem dúvida nenhuma, estamos aqui hoje por conta disso, reconhecemos, achamos bastante positivo e estamos abertos ao debate.

O SR. DEPUTADO VICENTE ARRUDA - *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. JOÃO PAULO DE RESENDE - *(Riso.)* Já que estamos discutindo natureza, não é, Deputado? Eu citei uma frase de V.Exa. que dizia que nós não podemos discutir antes de ter as condições, porque não somos contra a parceria. Nós queremos saber as condições.

O SR. DEPUTADO VICENTE ARRUDA - *(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)* ...as condições locais.

O SR. JOÃO PAULO DE RESENDE - Isso. E isso ainda está em desenvolvimento. Por isso, nós vamos abrir.

O SR. DEPUTADO VICENTE ARRUDA - E inclusive que nessa parceria haja uma contribuição da renda para a Prefeitura, porque ali têm os serviços locais que são feitos por ela.

O SR. JOÃO PAULO DE RESENDE - Perfeito. Por isso, vou até já entrar nesse assunto, já que o senhor tocou nele, que era um ponto que eu queria tratar.

Outra coisa que é importante esclarecer, que talvez não esteja clara na própria convocação da audiência, é a proposta de concessão de serviços públicos na forma de PPPs — Parcerias Público-Privadas —, no Parque Nacional de Jericoacoara. Eu acho que alguns têm ciência, pois foi apresentada lá, mas talvez nem todos. Não se trata exclusivamente de Jericoacoara. Trata-se de uma concessão de 4 parques; um segundo parque no Ceará e 2 outros parques no Piauí.

Então, não é um projeto exclusivo de Jericoacoara. Isso faz com que haja uma dificuldade óbvia da Prefeitura de Jijoca de administrar um teleférico no parque no Piauí ou no próprio Ceará, que é onde tem o teleférico. Aí, nós sofremos essa crítica quando estivemos lá em Jericoacoara e falamos: *“Olhem, mas nós queremos Jericoacoara para a gente. Jericoacoara é do povo de Jijoca.”* Vejam, nós vivemos num sistema federativo, existe uma União, a União é responsável por administrar o parque. Assim como no caso do Estado do Ceará, que tem esse ativo natural belíssimo, outros entes da Federação possuem ativos que são repartidos com toda a



sociedade brasileira. Por isso, inclusive, a competência da administração do parque é uma competência federal.

Para dar um exemplo aos senhores, todo esse processo de concessão de aeroportos que está ocorrendo ele vem acompanhado de arrecadação de uma coisa chamada outorga da concessão. As empresas que ganham esses aeroportos lucrativos aqui do Sudeste repassam à União quantias bilionárias ao longo dos 30 anos de concessão. E esse recurso é usado para quê? Para se investir em pequenos aeroportos regionais. Vou citar aqui alguns aeroportos que estão no PAC — Programa de Aceleração do Crescimento e que vão receber recursos, que estão sendo levantados por aeroportos do Sudeste: o Aeroporto de Aracati, o Aeroporto de Canindé, o Aeroporto de Crateús, o Aeroporto de Juazeiro do Norte, o Aeroporto de Quixadá, o Aeroporto de Sobral e, vejam, o Aeroporto de Jijoca de Jericoacoara.

O Aeroporto de Jijoca de Jericoacoara, que está ali ao lado, vai receber recursos do PAC, que estão vindo de um aeroporto concedido aqui no Sudeste, provavelmente de Brasília ou de Guarulhos. É natural! Isso acontece em vários setores, em que os ativos que são mais rentáveis ajudam a subsidiar aqueles que têm mais dificuldade de acesso. E nós não podemos nos esquecer de que não existe um parque melhor do que o outro. Não posso dizer que Jericoacoara é melhor e tem que ser tratada isoladamente, sozinha, porque os outros lá não interessam, não importam. A solução que a gente está buscando aqui é uma solução que permita a administração dos parques nacionais. Inclusive esse valor que é citado, de 60 milhões, às vezes, é tomado de forma incompreendida porque ele não se refere ao recurso necessário para administrar só Jericoacoara, mas também para administrar outros 3 parques.

Claro, Jericoacoara tem um potencial muito grande por conta da beleza natural, que os senhores bem destacaram aqui.

O SR. DEPUTADO VICENTE ARRUDA - Existe dentro do parque uma comunidade que os outros não têm.

O SR. JOÃO PAULO DE RESENDE - Isso, isso.

O SR. DEPUTADO VICENTE ARRUDA - E eles têm que ter o acesso. E o povo local vive também daquilo.

O SR. JOÃO PAULO DE RESENDE - Perfeito, Deputado.



O SR. DEPUTADO VICENTE ARRUDA - Por isso é que eu digo: se se englobar os 4 parques com Jericoacoara, mas ela é atípica. É muito difícil encontrar um parque, a não ser o de Fernando de Noronha, porque tem toda uma comunidade diferente, onde tem um sistema diferenciado...

O SR. DEPUTADO JOÃO JAIME GOMES MARINHO DE ANDRADE - João Paulo, eu tenho uma dúvida sobre o que você falou. Você está dizendo que a arrecadação do Parque de Jericoacoara, além de ter uma parte destinada à Jericoacoara, vai ser destinada a outros parques que não têm arrecadação suficiente. Vamos dizer, Jericoacoara — para que eu entenda — vai ser o local, a joia que tem o dinheiro e vai financiar os outros? É isso?

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO JOÃO JAIME GOMES MARINHO DE ANDRADE - Então, eu ainda não tinha realmente ouvido essa informação com essa clareza, porque estava implícito. Mas eu discordo, discordo plenamente de que isso seja assim.

O SR. JOÃO PAULO DE RESENDE - Isso novamente ficaria claro no momento em que todos os estudos estivessem concluídos e fossem disponibilizados. Acho que a gente fez alusão a isso, Deputado, lá naquele evento em Jericoacoara. Enfim, o projeto é um projeto visto sistemicamente de forma integrada. Não estamos fazendo projetos isolados: um para Jericoacoara, um para Ubajara, inclusive outros projetos, outros parques no próprio Estado do Ceará. A administração do teleférico, que é no Parque de Ubajara, se não me engano — é um parque que está no Estado do Ceará —, vai receber recursos para poder ter melhor acesso, para que o povo não vá todo para Jericoacoara e vá também para Ubajara. Então, nós estamos promovendo um parque no Estado do Ceará, assim como estamos promovendo 5, 6, 8 ou 10 aeroportos no Estado do Ceará com recursos que estão vindo de outros projetos no Sudeste.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. JOÃO PAULO DE RESENDE - Mas esse aeroporto está contando com recurso do Governo Federal, do PAC do Fundo Nacional de Aviação Civil, Deputado.

Eu queria também deixar claro que obviamente existe uma incidência de ISS sobre toda essa receita, que vai ser gerada lá na região. Se não me engano, são 5%



do ISS lá. Não é isso, Prefeito? É uma arrecadação que vai para a Prefeitura, obviamente para fazer os investimentos nas áreas... Se não me engano, se forem 5% de 60 milhões, dariam em torno de 3 milhões de reais, a 10% da arrecadação da Prefeitura. Então, assim, há mecanismos...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. JOÃO PAULO DE RESENDE - Não, da administração do parque. Do aeroporto, confesso que não conheço, eu não conheço o projeto do aeroporto. Só sei que está nos empreendimentos do PAC, que são ajudados com recursos federais.

Queria também fazer um esclarecimento em relação à IDOM. É muito importante deixar claro que a IDOM é uma consultoria contratada pelo Ministério do Planejamento, para estudar o projeto. Ela não é a empresa que vai administrar o parque. Para isso, haverá um processo licitatório, para o qual poderão vir empresas de qualquer lugar, inclusive da própria comunidade local, se quiser se organizar para tanto. Óbvio, há esse desafio de se administrar 4 parques em outras cidades, mas nada impede que empresários locais, que tenham já alguma experiência nesse tipo de atividade, associem-se a outras empresas também para participarem.

Mas a IDOM não é a empresa que vai entrar no parque, de jeito nenhum. Ela não tem nem escala para isso. Ela faz estudos, assim como a gente faz um estudo para o aeroporto, faz um estudo para qualquer projeto de concessão.

O SR. DEPUTADO VICENTE ARRUDA - ...taxa de embarque e desembarque, que são autossuficientes.

O SR. JOÃO PAULO DE RESENDE - Aí, para concluir, eu queria fazer só uma observação em relação ao que o Deputado João Jaime colocou. Eu fiquei até feliz de ver a apresentação dele, porque quando estive lá em Jericoacoara fiquei com a impressão de que a gente discordava muito mais. E, quando ouvi aqui as falas que foram feitas, percebi que há uma concordância em vários aspectos do projeto. Várias pessoas que se pronunciaram aqui, vários Deputados, inclusive reforçaram: *“Olha, a gente acredita que é necessário controlar o acesso. O acesso descontrolado ao parque afeta as suas características naturais e originais. É preciso cercar, é preciso construir postos de acesso, é preciso fazer um acesso controlado e tudo o mais.”*



Existem questões pontuais, eu imagino, em relação às características das estruturas que serão eventualmente construídas e tudo o mais. Isso vai fazer parte de uma discussão em algum momento, antes obviamente do projeto ser licitado ou qualquer coisa.

E também uma preocupação aqui, do Sr. Deputado Vicente Arruda em relação ao trânsito das pessoas. A gente deixou isso muito claro, lá na discussão em Jericoacoara, que moradores, trabalhadores, toda a comunidade local existente terão acesso livre ao parque. É preciso distinguir o turista, que vem de fora para usufruir das características do parque, de quem vive e extrai renda daquela população. Nunca foi — não sei se houve algum desentendimento...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. JOÃO PAULO DE RESENDE - Isso está sendo considerado.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível)

O SR. JOÃO PAULO DE RESENDE - Não, Deputado, desculpe-me, mas isso não foi proposto.

Só para concluir a minha fala...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Conclua, Sr. João Paulo Resende.

O SR. JOÃO PAULO DE RESENDE - Acho que o ICMBio — Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, pode tratar disso, dos pontos específicos, não é, Anna? Tudo bem.

Bom, eu concluo e agradeço a todos. Acho que ainda tem muita coisa a ser esclarecida, e é bom que a gente use estes espaços para fazer isso, para se ter clareza do que se está debatendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Antes de passar a palavra à Dra. Giovanna, eu só tenho o seguinte... Está bem claro que a IDOM é uma consultoria. Tudo bem. Está bem claro que a ida de vocês ao Município foi um trabalho feito pela IDOM, a não ser que eu esteja errado. Quer dizer, o que V.Sa. apresentou lá era uma proposta já, ou não? Sim ou não? Não tem outra alternativa.

O que ocorre é que nós precisamos elucidar o seguinte caso: o Ministério do Planejamento, o Ministério do Meio Ambiente, o Instituto esteve no Município



apresentando uma proposta que não foi entregue. Essa proposta foi — sim ou não — elaborada pela IDOM? Eu acredito que sim. Esse contrato é de 2011, eu não quero ir atrás de Banco Interamericano, não quero ir atrás de contrato. Nós queremos pactuar aqui a clareza nas coisas.

Foi convocado o Conselho, para quê? Para apresentar uma proposta. A proposta era dessas edificações ou não? A proposta era de fazer o que está naquele papel ou não? Tem que haver clareza. Ou sim ou não, não tem desculpa. Eu acredito que sim, porque vocês se deslocaram ao Município, lá para o Estado, para apresentar o quê ao Conselho? Se o Conselho referendasse, estava consolidado. Pergunto o seguinte: se o Conselho consolidasse e assinasse, quais seriam os próximos passos? Nós precisamos deixar isso claro.

A responsabilidade da Câmara Federal é tanta que, ainda ontem, o Presidente da Comissão de Finanças e Tributação, Deputado Mário Feitoza, apresentou uma proposta de que nenhum contrato de PPP — Parceria Público Privada seja feito, e que nenhum financiamento no exterior ou compra de ativos, compra de PETROBRAS, de usina, não sei o quê, sejam feitos pelo Governo Federal sem passar pelo Congresso Nacional. A gente fica sabendo das coisas de última hora... E é prerrogativa do Congresso. Nós queremos ter transparência dos atos.

Quer dizer, vocês vão lá, apresentam um projeto o qual não deixaram com a comunidade. O Deputado João Jaime foi quem filmou lá, com um celularzinho. Se fosse há 50 anos, ninguém tinha registrado. Não entregaram, não disponibilizaram o projeto para a gente. Hoje, vou entrar com um requerimento solicitando cópia do contrato da IDOM, cópia do que foi planejado. Pelo documento que eu tenho, desde 2011, os Ministérios assinaram esse pacto. É um documento. Quanto essa empresa vem recebendo durante esses anos? Ou não fez nada? Estudo... não sei o quê...um contrato está sendo desenhado. Que diabo de desenho é esse que não sai? Ou a empresa não está recebendo nenhum tostão? 2011, 2012, 2013, 2014. E que desenho é esse?

Eu não posso encerrar esta sessão sem esses esclarecimentos. Tem ou não proposta já feita por essa empresa, sob pena de requerermos regimentalmente? Eu não vou fugir de nossas prerrogativas. E uma coisa que o Presidente tem feito aqui é



dizer que os Parlamentares têm acima de tudo o dever de, regimentalmente, dentro das suas prerrogativas, fazer com que nós possamos ter os trabalhos das Comissões com eficiência, sob pena de não dar em nada.

Então, eu queria ouvir efetivamente o que tem e o que não tem.

O SR. DEPUTADO VICENTE ARRUDA - ...trazer o plano completo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Exato.

Segundo, nós vamos ficar dependendo de Ubajara, de Sete Cidades, de não sei o quê, para ter Jericoacoara? Eu acho que o problema de Sete Cidades é de Sete Cidades.

É claro também que, quanto à União, em termos de recursos, há toda essa compatibilização. Vamos supor, no caso dos aeroportos, aquele que rende mais cobre o outro. Quer dizer, a gente entende isso. Mas temos que ver até que ponto há ponderabilidade de custear outros projetos. À custa de quê? Com o quê o Município vai ser beneficiado? Isso é o que nós precisamos fazer.

É claro que nós puxamos esse debate da Assembleia Legislativa para cá porque lá o debate não foi elucidante e esta Casa tem a prerrogativa e o dever de fazer com que isso seja esclarecido.

Então, passo a palavra à Dra. Anna Flávia de Senna Franco, para que dê os devidos esclarecimentos; e se puder nos responder, vai nos economizar de requerê-los oficialmente.

A SRA. ANNA FLÁVIA DE SENNA FRANCO - Bom, eu vou começar só reafirmando aqui que o grande desafio desse processo todo é o diálogo. E eu vou repetir as palavras que os senhores disseram aqui. Eu estou aqui na condição de representante do Presidente do ICMBio, sou Diretora do ICMBio. É o ICMBio que tem a responsabilidade de decidir e se responsabilizar pelo modelo de gestão das unidades. Então, a decisão se vamos fazer ou não uma concessão, e a PPP não está tomada *a priori*... A gente está colocando aqui que nós temos um grande desafio de construir modelos, e modelos que nos permitam gerenciar as Unidades de Conservação. É um desafio enorme. E eu vou afirmar que nós acreditamos que só vamos construir esses modelos se for num sistema democrático, com a participação de todos os envolvidos, e que as soluções sejam construídas a partir de grande pactuação e consensos.



O fato de a gente ter iniciado essa discussão e essa descoberta por modelos que possam ser aplicados às nossas diferentes realidades, e aí vou reafirmar que acreditamos, sim, que não tem uma solução única para o Brasil todo. Cada Unidade tem suas peculiaridades, o desenvolvimento do entorno é diferente. Nós temos Unidades que são PACs, que não têm nenhum potencial econômico. Agora, não adianta a gente querer implantar concessão ou PPP. Outras já têm uma história, já têm uma história da comunidade. Elas surgiram de uma forma que a gente tem que levar em conta, ao propor uma solução para isso.

Acho que há um grande consenso aqui, tanto dos Srs. Deputados quanto das instituições presentes, dos Ministérios do Planejamento e do Meio Ambiente, do ICMBio também, de que precisamos buscar essas soluções. Esse esforço e esse projeto que se iniciaram com a ajuda do Banco Interamericano e do Ministério do Planejamento representa um projeto para se estudar modelos-piloto. Optou-se por tentar estudar como seria a aplicação de uma PPP num grupo de Unidades. Selecionou-se um grupo de Unidades e iniciaram os estudos para definir como deveriam ser, como poderiam ser os impactos econômicos e tal. Isso não quer dizer uma decisão fechada para implantar um modelo. Nós estamos desenvolvendo estudos para entender o porquê. Tem outros vários que a gente tem que entender também. Como seria uma concessão numa Unidade fechada? É bom? É ruim?

Agora, eu acho que, nesse processo — e cada vez mais, e neste momento eu percebo ainda mais —, houve uma série de incompreensões, até por falha mesmo do diálogo ou falha de esclarecimento. E aí eu coloco que o Deputado Raimundo Gomes tem todo o direito de solicitar realmente nossos esclarecimentos, porque a gente percebe que houve uma quantidade de incompreensões no processo. O primeiro é o seguinte: nós estamos aqui, e isso é muito bom, é um prazer poder discutir aqui, ouvindo os senhores e colocando... Isso já faz parte de um processo democrático de construção de uma proposta, e que jamais será desconsiderada num processo decisório do ICMBio.

Quando foi apresentado, chamou-se de audiência pública um momento que não deveria ser chamado de audiência pública. Talvez a gente tenha errado, sim, no processo de aproximação com a comunidade. Ao montar um processo, talvez, antes de apresentar qualquer dado do projeto, todos deveriam ser consultados, ouvidos.



Só que a equipe, de repente, formulou uma ideia e passou a ouvir a partir de uma ideia. E isso acho que gerou um certo conflito, até porque não foi totalmente esclarecido.

Então, o que eu quero dizer é o seguinte: nós temos um trabalho, é um trabalho de desenvolvimento de um estudo piloto. O fato de esse trabalho estar pronto, de termos contratado uma consultoria para nos ajudar a aprofundar uma possibilidade de utilização de PPP, não quer dizer uma decisão institucional por implantá-la imediatamente ou não, ou no futuro; isso não quer. Segundo, essa decisão será tomada — e aí estou falando em nome do ICMBio — a partir de um longo debate. E não será apenas mais uma audiência ou uma conversa. Temos que construir esse debate e aprofundá-lo.

Nós estamos pensando em soluções para o País. Soluções de médio e longo prazos. Elas não podem ser feitas de forma precipitada. Acreditamos que a parceria é importante. Precisamos do setor privado, mas com segurança, com cuidado, com respeito a todos os envolvidos e a toda a comunidade do entorno. Eu estou colocando aqui o posicionamento do ICMBio.

Em relação ao projeto e à consultoria, gostaríamos de colocar o seguinte: foi contratada uma consultoria técnica para nos ajudar em estudo — não para nos ajudar a deliberar —, para entendermos quais as perspectivas, quais os impactos que isso poderia ter. Ao se apresentar, naquele momento lá da audiência, talvez tenha sido realmente um equívoco a forma e o modo como foi operado. A gente poderia trabalhar com vários outros encontros, entrevistas, pesquisas, para consolidar o entendimento da comunidade ou as ideias ali presentes. E talvez o fato de ser uma audiência tenha parecido que já era um ato formal, porque, quando você decide implantar um instrumento, um edital, ou promover uma concorrência, uma concessão, a lei diz: *“Ao fazer isso, você publica o edital e faz uma audiência”*. Não é isso. Nós não estamos nessa fase, nós nem decidimos publicar um edital.

Então, eu gostaria de dizer que estamos numa fase técnica, numa fase de discussão de modelos. Se não for esse o modelo, vamos ver qual é o melhor modelo. A discussão está em aberto. A consultoria vai entregar um produto, que é um tipo de projeto, que a gente depois pode julgar se é bom ou ruim. É como se a gente hoje estivesse fazendo um projeto inovador para determinado desafio que o



País tenha, ou um projeto de obra, sobre o qual a gente pode optar depois: “*Não, não é isso. Eu acho que seu impacto não vai ser bom; não vamos então implantá-lo. Ou vamos implantá-lo*”.

Agora, o desafio continua e é grande. Eu acho que contamos com todo o Congresso, contamos com as populações que estão envolvidas com as nossas Unidades de Conservação, para construirmos juntos uma solução. Eu acho que muitos países do mundo conseguiram soluções que foram boas para o país e para a sociedade, para as comunidades do entorno. E é isso que a gente quer. Não se trata de copiar nada, mas de criar soluções que sejam adequadas ao Brasil, aos nossos desafios, que consigam gerar benefícios econômico-sociais para todas as comunidades envolvidas e, principalmente, preservar, conservar a nossa biodiversidade, que é o grande desafio da nossa missão: conservar as nossas Unidades de Conservação.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Após a exposição da Dra. Anna, eu passo a palavra, para suas considerações, ao Deputado João Jaime.

O SR. DEPUTADO JOÃO JAIME GOMES MARINHO DE ANDRADE - Para mim, esta audiência pública é mais um passo, e muito importante, para a gente entender o que o Governo Federal, através do Ministério do Planejamento e do Ministério do Meio Ambiente, quer fazer em Jericoacoara.

Eu queria começar pela questão da legislação. A empresa contratada, a IDOM, que é uma empresa portuguesa, com sede em Portugal, no mínimo, deveria, antes de fazer qualquer tipo de proposta ao Conselho, mesmo que fosse uma proposta inicial... Aquela não foi realmente uma audiência pública, era já uma apresentação da proposta, era uma proposta, como eu mostrei aqui. Pode ser que a proposta não estivesse acabada. Como falou o Deputado Raimundo Gomes de Matos, essa Consultoria passou 3 anos estudando e, quando terminou seus estudos, levou uma proposta, mesmo não acabada, mas era uma proposta, para apresentar ao Conselho, o que chamou a atenção da população, porque isso tem a ver com a vida da população. E a população foi lá, esteve presente, eu estive presente também.



E o que estranho é que eles não observaram a legislação brasileira. Nós temos o Código Florestal. Esquecem que ali é um Parque Nacional, esquecem que ali temos uma Unidade de Conservação. O Código Florestal já protegeria a área das dunas, Deputado Vicente Arruda. Como V.Exa. falou e eu também, aquela área ora é duna, ora é lagoa. Eu mostrei, na minha exposição, que a duna nasce ali no litoral, entre a Praia do Preá e o Serrote, e morre entre a Vila de Jericoacoara e o mar, dentro do mar. É um ciclo natural que acontece e que torna toda aquela área em Área de Preservação Permanente, onde não pode haver nenhum tipo de construção. E a proposta da IDOM, que foi apresentada, que eu mostrei aqui também na minha apresentação, sugeria a construção de hotéis, de lanchonetes e de apoios nessa área, onde legalmente já não se pode construir.

Na audiência pública da Assembleia Legislativa do Ceará, o representante da OAB fez uma explanação legal sobre a proposta, espetacular. Ele disse: *“Olhe, para fazer isto aqui, tem-se que revogar a lei número tal; o artigo é simples, não pode por isso, não pode por aquilo; tem-se que revogar o Código Florestal, que foi recentemente aprovado”*. Então, eu já contesto aqui, já faço a minha contestação sobre a capacidade que a IDOM tem de entender da legislação brasileira e de fazer essa proposta.

Outra coisa: nós estamos sendo assistidos, Jericoacoara está nos assistindo — já me mandaram mensagem —, através do *link* da *TV Câmara* e do *link* que disponibilizamos também no nosso Facebook; toda a Jericoacoara nos assiste. Isto não foi dito até agora. O Presidente da Câmara, o Vereador Belisco, que é lá de Jericoacoara, o nosso Prefeito... V.Exa., Prefeito, sabia que a arrecadação de Jericoacoara iria bancar os Parques do Piauí e outros? Até então não se tinha dito isso. Ninguém sabia disso. Eu até agradeço ao João Paulo por ter nos passado essa informação, porque até agora nós não sabíamos.

Então, agora nós já estamos sabendo que, se isso for aprovado, Jericoacoara vai bancar outros Parques, que sabemos que são deficitários. O Parque de Sete Cidades é deficitário, o Parque de Ubajara é deficitário, o Parque da Serra das Confusões não tem nenhuma infraestrutura. Quando foi nos apresentado aquele orçamento, eu estranhei: *“Vai ter um investimento de 30 milhões”*. Eu disse: *“Onde vão investir 30 milhões aqui em Jericoacoara? Para cercar e fazer as guaritas?”*



Não. Eram 30 milhões, porque iam investir na Serra das Confusões, iam investir em Ubajara e pagar com a arrecadação de Jericoacoara. Que isso fique bem claro, então. Nós estamos numa audiência pública, são coisas que a população precisa saber. A população precisa saber.

Outra coisa que eu peço — aqui foi muito falado, e a Dra. Anna Flávia falou muito bem da questão da discussão, que está sendo bem discutido, e o João Paulo também falou, disse que das PPPs é uma das mais bem discutidas: mas que não seja aquele modelo de “*discute-se, discute-se, mas faça o que eu quero*”. Eu tenho visto muito isto: vamos fazer mais uma audiência pública, mais o projeto vai seguindo, seguindo, seguindo, e, independente do que se discute nas audiências públicas — eu tenho visto muito isto, porque participo de muitas audiências públicas como Deputado —, terminada a discussão, Presidente, tudo bem, vai-se fazer o que querem, o que está lá no projeto.

Outra coisa: no cronograma havia lá, já para abril, tomada de decisão. E aí eu pergunto — a Giovanna vai falar — se não dá para segurar esse cronograma. Quer dizer, nós estamos discutindo, mas a coisa está andando, está caminhando; já vai haver um processo para que no próximo ano haja licitação. Eu acho que isso tem que ser suspenso. A minha proposta é esta: que seja suspenso, para haver maior clareza. Não está clareado. Deputado Vicente Arruda, hoje é que nós ficamos sabendo disso. Se o João Paulo não tivesse falado, nós não iríamos saber. Em momento algum, foi colocada para nós essa questão da divisão da arrecadação, que Jericoacoara iria bancar a infraestrutura dos outros Parques, o que não acho justo, eu discordo.

Continuo achando, é a minha opinião, que temos que fazer aquilo que eu disse na explanação, cobrar, ordenar, mas que a arrecadação de Jericoacoara, do Parque Nacional de Jericoacoara seja destinada ao Município de Jericoacoara. Eu sei que outros Municípios e outras regiões também têm problemas. Mas hoje quanto o Instituto Chico Mendes destina para lá? Nada. A União não investe 1 centavo, a não ser pagar ao funcionário que está lá, que está criando problema. O funcionário que está lá está criando problema. O Prefeito disse aqui, muito bem — não foi só esse problema que o Prefeito relatou —, que, pelo envolvimento que ele está tendo com a comunidade, está criando problema para o Instituto. E ele mesmo diz: “Nós



não temos dinheiro para diária, nós não podemos fiscalizar, nós não temos dinheiro para fazer...". Então, o Governo Federal, o Ministério do Meio Ambiente não coloca 1 centavo em Jericoacoara e agora quer que Jericoacoara banque os outros Parques, para os quais também não coloca nada.

Eu discordo. Acho que devem ser suspensos esses estudos, Presidente. Esta é a minha proposta, para que seja analisado o assunto. Eu acho que o Banco Interamericano devia saber o que está financiando. Nós devíamos fazer uma comunicação ao Banco Interamericano para saber se ele sabe o que realmente está financiando aqui neste projeto. E vamos continuar as discussões, mas vamos aceitar aquilo que é proposto na discussão, e não continuar como eu tenho visto. Estou vendo que o cronograma vai continuar. Eu queria barrar esse cronograma: vamos suspender; vamos ver, Jericoacoara é diferente, todo mundo concorda".

E, agora, depois dessa informação de que Jericoacoara vai bancar outras coisas, outros Parques, eu tenho certeza de que muita gente que ainda estava em dúvida sobre o processo vai pensar diferentemente.

Era só isso, Presidente.

Pois não, Prefeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Vamos passar a palavra, para as suas considerações, à Dra. Giovanna, também pelo adiantado da hora e porque haverá outra sessão neste plenário.

A SRA. GIOVANNA PALAZZI - Bem, acho que é preciso esclarecer alguns pontos colocados, começando, por exemplo, pelo cronograma de discussão. Acho que existe uma pretensão de retorno à região de Jericoacoara, para uma segunda rodada, junto com o Conselho Consultivo. Isso ficou pactuado naquela reunião, e isso vai ser feito independente da consulta pública, que deve acontecer conforme o rito de formulação de um edital.

É importante, eu acho, todos esses momentos de discussão. E aí eu discordo, Deputado João Jaime, quando o senhor diz que a gente não agrega os elementos que vêm surgindo nas próprias discussões. Vou dar o exemplo da questão do restaurante no Serrote, da questão do hotel e da pousada. Acho que o Instituto Chico Mendes já se manifestou veementemente, de forma assertiva, no sentido de que não vai haver neste momento perspectiva, contida no edital, de implantação de



hotel ou de pousada dentro do Parque Nacional, considerando toda a infraestrutura que já existe na região, tanto na vila, cuja capacidade de suporte já está no limite, quanto nos Municípios do entorno, onde a infraestrutura está crescendo. Então, isso já foi agregado, fruto das próprias discussões que vêm acontecendo desde o final do ano passado. Já houve uma apresentação menor no Conselho Consultivo no final do ano passado, já houve as discussões com a equipe técnica. Acho, então, que o projeto tem, sim, sofrido mudanças e evoluído ao longo de todas essas discussões.

Uma outra coisa que eu acho que foi também decisiva, depois da reunião que a gente fez lá em Jericoacoara junto ao Conselho, foi a questão dos serviços ofertados. Não vai haver competição, vamos dizer assim, entre serviços ofertados pela concessionária, pela empresa, e aqueles serviços que já existem localmente. Então, por exemplo, o pessoal que faz o transporte obviamente vai ter que regradar, regular, porque é isso que a gente quer, né? A gente pega o acesso ali, tem muita dificuldade. Inclusive prejudica a conservação das próprias dunas, que é um dos objetivos de conservação do Parque. Então, esse ordenamento vai vir, mas respeitadas as atividades que já acontecem e aqueles grupos que já operam localmente. Essa já é também uma demonstração de evolução das discussões.

É importante ressaltar, como o Vereador falou, que existe também um apoio local com relação à proposta da PPP, considerando que entendem que é uma forma de dinamizar a infraestrutura necessária para fazer o Parque operar plenamente, garantindo-se essas ressalvas que a gente já incorporou dentro desse desenho.

Com relação à proposta, ela só vai vir quando os estudos estiverem finalizados. Estamos adiantando discussões para tentar formatar uma proposta final mais adequada. E essa proposta final também vai passar por uma consulta. Acho que é importante isso ficar bem claro e reforçado em todas essas discussões que a gente faz.

Com relação à parte de infraestrutura, a gente está falando de um Parque Nacional que é administrado pelo Instituto Chico Mendes. Ou seja, é uma área de domínio público, de responsabilidade do Governo Federal.

Como eu falei anteriormente, todas as áreas de intervenção que precisam de determinada infraestrutura mínima para operar como um parque nacional são amparadas pelos seus planos de manejo. O plano de manejo de um parque nacional



é analisado juridicamente. Ou seja, a gente tem áreas onde pode haver uma intervenção e áreas onde não pode haver intervenção, justamente pelas características naturais da área.

Nesse sentido, quando a gente diz que determinado acesso pode ser feito, ou que determinado posto de apoio em determinado local pode acontecer, é porque isso já está amparado e já foram feitos estudos que garantem que aquele espaço não vai sofrer um impacto. Há o amparo jurídico e legal das infraestruturas propostas no estudo de engenharia e de arquitetura que foi feito. São dois estudos que, se eu não me engano, já estão finalizados, não é, João? São estudos que já foram entregues, que apresentam toda a concepção de arquitetura e de localização de onde cada infraestrutura vai acontecer. Obviamente, como disse a Anna Flávia, são estudos. E a decisão final da proposta é de responsabilidade do Instituto Chico Mendes, que, em determinado momento, pode dizer: *“isso sim”, “isso não”*.

Então, acho que são prerrogativas que a gente tem que deixar bem claras.

Às vezes, eu percebo uma questão nas nossas falas: quando a gente fala de Jericoacoara, é muito fácil confundir o Parque com a Vila. O limite da parceria público-privada é o limite do Parque para dentro do Parque, não é do Parque para fora do Parque.

Concordo plenamente com a questão do acesso. Mas eu acho que isso também...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. GIOVANNA PALAZZI - Só para concluir, por favor.

Com relação ao acesso, já foi dito aqui que a população da Vila, os empregados, as pessoas que moram no entorno e que têm uma correlação com a Vila poderão manter esse fluxo de entrada e de saída, sim. A gente sabe que o Parque foi feito para proteger a Vila. O senhor mesmo disse, não é, Sr. Deputado?

Então, a gente entende que tem uma correlação. O Parque Nacional de Jericoacoara é um dos poucos parques criados por um projeto de lei. Ou seja, isso demonstra uma vontade do Congresso Nacional de proteger aquela área. A gente está falando que tem todo um cuidado e uma discussão prévia que já aconteceu da existência do Parque lá. Se esse desenho era o melhor ou não, se a gente deveria



ter aberto uma faixa ali de passagem ou não, essa é outra discussão. Mas esse Parque específico saiu de um desenho proposto por esta Casa.

Acho que é importante...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. GIOVANNA PALAZZI - Para criar o Parque, com a Vila ali onde ela está localizada hoje, com acesso controlado. Então, a gente tem um histórico que a gente não pode descartar nessa análise.

De qualquer forma, a ida e vinda das pessoas vai ser garantida. Agora, realmente para os turistas, para os visitantes, para aquelas pessoas que vão usufruir do parque, isso tem que ser cobrado, porque é uma das prerrogativas ao se ofertar um serviço.

Eu acho que esses pontos são muitos... Eu reforço e reitero isso, porque percebo que em algumas falas, às vezes, há essa incompreensão, principalmente para quem não conhece a região. Acho que tem várias pessoas aqui que também são de fora e algumas pessoas que estão assistindo por outros meios que acham essa realidade, esse contexto relevante.

Em termos de cronograma de próximos passos, eu posso falar alguma coisa e imagino também que o João Paulo deve complementar, principalmente com relação aos contratos. Aí, depois, eu gostaria de solicitar que fosse passada a palavra para ele. Os estudos estão sendo finalizados. A gente obrigatoriamente fez este compromisso de ainda este ano fazer o retorno lá para o Conselho Consultivo do Parque Nacional, isso ainda vai acontecer. E os próximos passos vão depender de como a gente vai caminhar nesse meio tempo e no fechamento da proposta.

O fato é que independente do conjunto dos estudos entregues, contratados, existe um ritmo institucional que vai ser ditado pelo Instituto Chico Mendes no andar desse processo de licitação. É bom que isso fique claro.

Eu só gostaria que o João falasse novamente, porque eu acho que foram suscitadas dúvidas em relação ao contrato. E é importante que isso fique esclarecido também. Por favor.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Obrigada, Dra. Giovanna.



Passo ao Dr. João Paulo.

O SR. JOÃO PAULO DE RESENDE - Obrigado, Deputado.

Só queria falar porque talvez tenha havido alguma falha ou algum ruído no processo, mas chegou para gente, lá no Ministério do Planejamento, um requerimento de V.Exa. solicitando cópia do contrato, e nós a enviamos. Cumprimos o prazo regimental que foi determinado para a Ministra responder. Provavelmente deve estar no gabinete de V.Exa. Peço que cheque com seus Assessores. A não ser que não tenha chegado à Câmara, mas eu acho difícil não ter chegado.

Mas eu posso dar algumas características do contrato aqui, agora. Uma primeira coisa que é importante esclarecer é que o contrato é de outubro de 2012. O que ocorreu em 2011 foi uma assinatura, um protocolo de intenções entre as duas Ministras, que disseram: *“Vamos estudar essa questão.”*

A partir disso, houve todo um processo de licitação. Foi contratada a empresa, que está estudando. Não vou revelar o valor do contrato da empresa, porque é o resultado de uma licitação, mas eu posso dar o preço teto da licitação — houve outros interessados. O preço teto era de 800 mil dólares, isso deve hoje em torno de 1,8 milhões de reais, para realizar estudo de demandas, estudo de engenharia, estudo de arquitetura, estudo de impacto ambiental, edital, contrato, estudo de viabilidade técnico-econômica, avaliação financeira. Talvez haja mais alguma coisa que eu não me lembre.

Alguns desses estudos foram concluídos, outros não, e por isso não foram apresentados.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO VICENTE ARRUDA - Salvo o estudo. Isso é uma coisa que, aliás, já está superada, porque já foi feita.

Agora, o problema é depois desse estudo, pois a negociação tem que ser feita, tem que ser esclarecida; como é que vai ser feito o contrato de parceria, o edital, para que a gente veja se foram atendidas as condições mínimas de segurança para a população local e para o Município.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Sem dúvida. Vamos passar a palavra ao Prefeito, Padre Lindomar.



O SR. FRANCISCO LINDOMAR FILOMENO OLIVEIRA - Neste momento das nossas considerações finais, a primeira coisa é que, para se criar o Parque Nacional, foram necessárias assinaturas da população local. A população pôde opinar. Houve um verdadeiro plebiscito.

Uma pergunta que eu faço: para vetar ou não esse projeto a população vai ter voz e vez? Porque se isso for uma proposta, a população tem que ser escutada, obrigatoriamente; do contrário, é arbitrariedade. E vou mais longe, vou interpretar como armadilha, se for o contrário. Se for proposta, a população vai ter que se escutada por um grande plebiscito.

Outra coisa: o Parque Nacional de Jericoacoara é diferente de todos os outros parques, ele é só passagem. Se você for ao Parque Nacional de Ubajara é visita. Com a permissão dos Deputados Federais, peço que se faça uma emenda na lei para fazer uma trilha bem no meio e deixe o restante do Parque, onde só vão ficar os jumentos. Ninguém vai entrar no Parque, porque o problema, quando foi criado o Parque, é que Jericoacoara virou uma ilha.

Então, se houver essa dificuldade, peço aos Deputados Federais que faça uma emenda no projeto que criou o Parque Nacional para que haja uma trilha única, e o Governo Municipal governe essa trilha. Se se deixar de um lado Parque Nacional e de outro Parque Nacional, nunca mais entrará outra pessoa no Parque Nacional. O Parque Nacional de Ubajara é visita, em Sete Cidades é visita, mas aquele Parque ali é somente passagem, para quê? Para Jericoacoara. Eu lhe garanto que nenhum turista vai entrar para ver aquele Parque. Só para ver o Parque nenhum vai lá. Vai para Jericoacoara. Essa aqui é uma questão pontual importantíssima.

Eu, como Prefeito, e nem o outro Prefeito anterior a mim ouvimos falar dessa IDOM. Eu ouvi naquele dia. E ainda fui dando um de atrevido, porque eu não fui convidado, mas, como mexia com o meu povo, eu tinha que estar junto. Quando eu pedi a palavra: “*não*”. Eu não fui sequer visto como um inscrito e não fui convidado para Mesa alguma.

Então, por mais que o ICMBio me peça desculpas, eu ainda continuo com a ferida do desrespeito à instância municipal, porque se o Município não valer mais como instância, então a Constituição Federal precisa ser revista. Pelo que eu sei, o Poder Executivo se constitui do poder federal, poder estadual e poder municipal,



enquanto Executivo. E nós somos um Município. Já Jericoacoara é Distrito do Município, ele não é propriedade do Parque Nacional. E o Parque Nacional de lá é só passagem. Que o Brasil inteiro escute: é só passagem!

Eu desafio. Se hoje os Deputados Federais e o Congresso Nacional votassem uma lei dizendo que vão criar uma passagem que somente dá o direito ao jijoquense de ir a Jericoacoara e vir de Jericoacoara, nunca mais nenhum visitante vai querer entrar no Parque. É só passagem! É diferente dos outros parques. Ubajara — vou repetir pela terceira vez — e Sete Cidades, do Piauí, são visitas. Eu já fui visitar. Agora, Jericoacoara não é visita. Trata-se de um Parque que é somente passagem, ou seja, ele, de certa forma, encurrala Jericoacoara. E nós queremos ter a liberdade de ir e vir, e não estar com a anuência de uma empresa.

Eu acho, francamente, um desrespeito à população de Jijoca que uma empresa vá dizer quem é que vai entrar, quem é que não vai. Se o Município não tiver poder para isso, eu acho um desrespeito. E digo o que todo o Brasil deve saber: o Parque Nacional de Jericoacoara é somente passagem, minha gente. Não é parque de visita. É diferente dos outros. Isso aqui é algo muito sério, que precisa ser estudado e analisado. É somente passagem! Só passa por dentro.

(Não identificado) - A Pedra Furada está dentro do Parque ou está na Vila?

O SR. FRANCISCO LINDOMAR FILOMENO OLIVEIRA - Pronto, outra história. Se a Pedra Furada está dentro do Parque, aí tudo bem. O Parque nos dando o direito a essa passagem, lá na Pedra Furada, se vocês forem... Aí é outra reflexão. Aí os Senhores vão... Se vão cobrar uma taxa lá para ver a... Não tem problema. Eu mesmo já paguei taxa quando cheguei lá em Sete Cidades, com todo o gosto. Entrei no parque e vi, lá no Piauí, sou conhecedor. Ali é visita.

Agora, a grande questão, João Paulo, é a questão de ir a Jericoacoara e vir de Jericoacoara. Está entendendo? A grande questão é essa: se a parte da Pedra Furada e de outras estruturas que os senhores...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. FRANCISCO LINDOMAR FILOMENO OLIVEIRA - É tudo parte da Vila. Pois é! Então, eu só lhe digo uma coisa: para mim, é uma questão muito séria que a gente precisa refletir, porque a situação fica caótica desse jeito.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Uma observação. Passe-me o microfone, por favor, nobre Vereador. Rápido, porque nós temos que desocupar a sala às 13 horas.

O SR. VALDIR BELISCO - Eu queria aqui só pegar um pouquinho da fala da Giovanna e do Deputado João Jaime. Você citou muito bem que se deve levar em consideração o Conselho Consultivo do Parque Nacional, que foi criado, em Jericoacoara, para poder... Inclusive, são representantes do entorno do Parque Nacional, de todas as localidades ali dos Municípios do entorno. E aquela audiência que houve em Jijoca, realmente tinha que ser com o Conselho Consultivo do Parque Nacional — como foi dito ali pelo nobre amigo.

Então, vamos levar em conta que o Conselho foi criado para as aprovações do Parque Nacional, que ele fortalece, aprova, desaprova, tem poder de decisão diante do Parque Nacional, por isso é que ele foi criado. E pegando aqui a fala do João Jaime, lembrando muito bem, João, o que você falou do suspenso, na sua opinião. E até concordo neste momento. Você disse, na sua fala, que deveriam suspender essa proposta neste momento. E eu concordo com você. Agora, até porque gostaria de lembrar aqui, finalizando as minhas palavras, que nós estamos muito próximos das candidaturas eleitorais. Então, provavelmente, nós não vamos avançar. Estamos avançando. Parabéns a você e a todos aqueles que se esforçaram neste momento.

Então, seria bom suspender e levar em conta a proposta do ICMBio com o Conselho Consultivo do Parque Nacional. Estão aí as eleições, e eu sei que nós não vamos chegar a lugar nenhum neste momento. Seria então um bom momento para a gente sentar com o Conselho Consultivo do Parque Nacional e fortalecer as lideranças e as opiniões dos Municípios que estão em torno do Parque Nacional de Jijoca de Jericoacoara. Essa é a minha opinião.

Finalizo aqui e agradeço mais uma vez, neste momento, aos que me cedem a palavra. Eu queria também agradecer as suas palavras, nobre Deputado Vicente Arruda, relacionadas aos moradores, quanto a se respeitarem as entradas em Jericoacoara, a ida e a saída, pois todos têm o direito de ir e vir. Foram muito bem ditas as suas palavras aqui. E estou com você no que citou hoje aqui, nesta nossa audiência pública em Brasília. É uma satisfação falar com todos vocês. A sua



palavra foi muito bem-vinda hoje aqui, como a de todos os que estão presentes a esta audiência pública.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Nós queremos só registrar que chegou aqui a participante Noemi, cantora de Jeri.

Pergunta-se: *“Gostaria de entender o porquê da necessidade desse projeto aliado a uma empresa portuguesa”*. Foi esclarecido que normalmente o Ministério faz a licitação e automaticamente, não só empresa brasileira, qualquer empresa, de qualquer país, pode participar.

“Por que não se utiliza o mesmo... ocupando órgãos gestores da administração municipal do Estado?” Ela faz aqui então o esclarecimento de que não só o Estado, como também o Município poderiam fazer essas pactuações, colocando também que nós devemos evitar a possibilidade de empresários fazerem com que haja negociatas em detrimento da nossa Jericoacoara.

O participante Peter indaga quem seria o maior beneficiário, ao longo desse prazo, com a transferência da gestão de Jericoacoara, se a sociedade ou a empresa concessionária privada.

Bem, no encerramento desta audiência pública, nós queremos agradecer aos participantes. Eu continuo preocupado com o modo como este assunto estava sendo tratado. Eu acho que, a partir da mobilização municipal, a partir da assembleia legislativa do Estado do Ceará, através do Deputado João Jaime, e a partir da Comissão, nós iremos monitorar, iremos fazer o encaminhamento necessário ao Ministério do Planejamento, ao Ministério do Meio Ambiente. Também sabemos da prerrogativa que tem o ICMBio de decidir, como disse a Dra. Anna, mas, que fique bem claro, decidir dentro do pacto federativo, cumprindo os preceitos constitucionais e no processo democrático.

À pergunta que eu fiz não responderam: *“O que vocês foram fazer lá com aquela apresentação?”* Ninguém respondeu. Ainda há espaço, 3 minutos, para responderem. Foi apresentado aqui um projeto que não foi entregue. Por que esse projeto não foi disponibilizado, mesmo sem o estudo? Ninguém respondeu. Se foi apresentado um projeto lá... Não sei quem estava com a palavra no momento.



Apresentou: “Vamos fazer aqui uma proposta de um hotel, vamos fazer uma proposta de não sei o quê”. Ou isso foi fantasia?

Deputado João Jaime, quem fez essa apresentação lá?

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - As pessoas, as pessoas.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Então, pronto. Foi o João Paulo? *(Pausa.)* Espero então que os telespectadores e os que estão presentes aqui nos digam que proposta era essa. Ou era fantasia? Mas foi apresentado ali. E por que o Prefeito não teve acesso? Isso tem que ser respondido. Por que a Assembleia Legislativa, através do seu Deputado, não teve acesso? Ou será que isso eu vou ter que requerer? A Câmara de Vereadores não teve acesso. Não foram convidados. Mas alguma coisa foi apresentada.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Vou passar a palavra para o Dr. João.

O SR. JOÃO PAULO DE RESENDE - Deputado, vou responder bem claramente: nós fomos lá convidados pelo Conselho do Parque. O Conselho do Parque nos convidou para obter maiores informações a respeito do projeto; o Conselho do Parque estava preocupado. Parte dos estudos, como eu falei aqui e repeti várias vezes, estava pronta, outra parte dos estudos não estava pronta. A gente não acha prudente disponibilizar por pedaços, porque fica parecendo... Não fica claro, por exemplo, que a empresa não vai poder fazer isso, aquilo e aquilo outro.

Essa história do hotel e do restaurante não foi apresentada. Não foram apresentados hotel e restaurante. Aquelas estruturas que o Deputado João Jaime mostrou ali foram de fato apresentadas, não há como negar. Foram apresentadas por nós, pelas pessoas que estavam lá, porque isso é resultado do projeto. Mas não havia restaurante, não havia hotel...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)



O SR. JOÃO PAULO DE RESENDE - Não. No Parque de Jericoacoara, não. Havia nos outros, Deputado. Talvez o senhor tenha se confundido.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. JOÃO PAULO DE RESENDE - Aquela é uma estrutura de apoio, Deputado, aquilo não é um hotel.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. JOÃO PAULO DE RESENDE - Nos outros Parques... O senhor está pegando... Aquela apresentação era de todos.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Quero dizer o seguinte: nós não estamos entrando em consenso.

Regimentalmente, Deputado João Jaime, com a prerrogativa de Deputado Federal da Comissão, vou requerer o contrato. Liguei para o meu gabinete, e a cópia do contrato não chegou ao meu gabinete. Pode até ser que esteja com o Presidente Henrique Eduardo Alves ou com o 1º Secretário. Mas, para chegarmos a um consenso e concluirmos a audiência pública, nós vamos regimentalmente requerer.

Se V.Exa. afirma que foi lá, o rapaz lá de Jericoacoara, eu vou entrar com requerimento para ele vir aqui também dar o esclarecimento. Se foi ele, se a iniciativa foi dele, ou se alguém pediu para ele marcar essa audiência, porque os documentos que eu tenho afirmam... Está aqui: *“O Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente — CONPAM, o Conselho Consultivo do Parque Nacional de Jericoacoara...”*. Quem o orientou a fazer essa audiência lá? Ou ele faz audiência, convocando o Ministério... Então, vocês não sabem? *(Pausa.)*

Está patenteado, então, o interesse econômico de o Parque de Jericoacoara bancar os outros Parques Nacionais. Está patenteado, até que me provem o contrário. Querem ter lucro lá para bancar os outros Parques.

Enquanto eu for Deputado nesta Casa, vai haver obstrução, e nós vamos rever essas pactuações com o Instituto Chico Mendes. Por quê? Porque é muito fácil chegar aqui e dizer *“nós vamos decidir”* sem ouvir o Congresso, sem ouvir o Município, quer dizer, sem a respeitabilidade das prerrogativas constitucionais. Fomos totalmente desrespeitados. É muito fácil chegar aqui e dizer: *“Nós erramos”*.



Então, o Governo chega aqui, pede desculpa, diz que errou e tal, não sei o quê. Não existe um planejamento de vocês?

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Parece que não existe. V.Exa. disse que houve um equívoco no modo de operacionalizar. Ou vocês são neófitos ou, infelizmente, não têm competência para gerenciar. No momento em que se chega a esta Casa e se diz que houve equívoco de procedimento, a coisa mais salutar, a coisa mais elementar é que se vá à instância municipal chamar os Poderes constituídos. Se forem questões administrativas, o Prefeito municipal; se isso envolver questões legislativas, a Câmara Municipal; se for questão judiciária, convoquem o Poder Judiciário, através de juiz. Agora, chegam aqui: “Não, houve um equívoco. Nós erramos, não é bem assim”. Aí, chegam a dizer que foi o Conselho de lá que convocou, foi o Conselho de lá que convidou. Eu vou requerer, se houve realmente, ou, vice-versa, se foi a Casa que convocou alguém lá, nós vamos a fundo a esse respeito.

Vou passar a palavra para a Dra. Anna. Um minutinho, Deputado.

O SR. DEPUTADO VICENTE ARRUDA - Vamos esquecer o que aconteceu até agora. Houve um erro, um equívoco, porque eles apresentaram realmente uma proposta já definida, sem escutar a população.

Agora, eles estão esclarecendo que o estudo foi um estudo preliminar; houve um equívoco da parte deles. O que nós queremos e o que podemos exigir é que seja apresentado projeto com a população, sem ser um projeto definitivo, com um estudo que examine as condições locais, e que o Conselho Consultivo e o Município tenham acesso a isso, a esse estudo.

Eu acho que o processo ainda não está definido, segundo ele se encontra. Mas que, de agora por diante, se estabeleça o diálogo e se acautelem as prerrogativas da população e dos Poderes locais, para que não haja abuso. Em último caso...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO VICENTE ARRUDA - Nós não sabíamos que era um projeto coletivo englobando quatro unidades.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)



O SR. DEPUTADO VICENTE ARRUDA - Mesmo que se fizesse isso, teriam que ser atendidas as circunstâncias de cada Parque. Aliás, nós não podemos impedir que se faça uma gestão da coisa, mas tem que haver as prerrogativas de cada um. É como se fosse um contrato. A mesma entidade pode fazer, mas há as características de cada um. Tem que ser um contrato para cada uma das coisas. Agora, o que não é possível é que se prossiga sem atender essas circunstâncias especiais do Parque de Jericoacoara, porque nós não podemos confundir laranja com banana. São coisas diferentes, e cada um tem que ter a sua adequação, de acordo com as circunstâncias locais. Isso é o que nós queremos. E, pelo que eu vi e assisti da explicação da Dra. Anna, da Dra. Giovanna e do Dr. João Paulo, haverá esse diálogo e nada será feito sem que seja ouvido o poder local sobre as circunstâncias da vida em Jericoacoara e a proteção da população.

Na realidade, no Parque em si, não pode haver construção nenhuma, porque há só areia, areia e lagoa. A vida, o centro do Parque é a própria vila, que tem a estrutura para levar o turista da vila para lá. Quando eles se deslocam para o Parque, eles vão direto para a vila. A vila é que tem estrutura, conhece, tem os restaurantes, tem os guias, tem tudo. Então, é preciso que se leve tudo isso em conta.

Eu acredito que a matéria foi bem esclarecida e que, de agora por diante, haverá um novo procedimento, para que se possam harmonizar todos os interesses que estão afetos à estrutura do Parque Nacional de Jericoacoara.

Obrigado.

A SRA. ANNA FLÁVIA DE SENNA FRANCO - Deputado Raimundo, eu só queria dizer que nós estamos aqui honestamente afirmando que queremos discutir, queremos o diálogo. O que eu percebo é que os objetivos entre nós e a comunidade, de todos, são objetivos comuns. Nós queremos preservar o Parque, nós queremos melhorar a comunidade e, no meio dessa trajetória, construir um projeto que é novo, é novo para o Brasil. Nós não conhecemos estudos... A PPP é um instrumento que ainda não foi totalmente exercitado. Avaliar o projeto economicamente, avaliar as condições para ele ser viabilizado não é uma coisa que da noite para o dia a gente consiga. E nós estamos construindo o primeiro projeto.



Obviamente, acho que no processo de discussão houve o grande problema. Eu não estou dizendo que há equívoco em todo o processo. Não há equívoco na intenção, não há equívoco no que a gente quer construir. O processo teve percalços porque ele realmente exige uma parte técnica, que está sendo construída — é a parte de consultoria e tal —, e também uma parte muito grande de habilidade, de discussão, de se conseguir perceber, incorporar e agregar as contribuições da comunidade. Poderia, por exemplo, ter sido feita uma audiência — e não é esse o nome —, um encontro lá, sem nada na mão, só para ouvir: *“O que vocês esperam disto aqui?”* Essa é uma forma. Foi-se com um projeto que era um estudo preliminar ainda não validado naquele momento pelo ICMBio, mas era o início de uma conversa para dizer: *“Não, por esse caminho não dá, por aqui dá, vamos ouvir a comunidade”*. Nisso tudo, gerou-se um equívoco, porque não foi esclarecido naquele momento em que situação se encontrava aquela proposta.

Segundo, não foi esclarecido em que situação se encontrava — o que é mais importante — o processo decisório sobre realizar ou não aquele edital, que é outra parte. Nós estamos, por enquanto, só desenvolvendo o estudo técnico e, com base nele, vamos discutir. Depois desses estudos, a gente pode chegar à conclusão de que é inviável. Concorde? Até para mostrar que um projeto é inviável, você tem que estudar, você tem que entender, você tem que compreender até onde ele vai, o que ele gera, o que ele vai gerar de renda e benefício para a comunidade, onde ele não vai gerar, quanto ele vai exigir de investimento. Então, é isso o que se está estudando.

Estou querendo fazer uma proposta para o senhor: vamos caminhar para frente, vamos tentar construir, vamos tentar acertar o que entendemos que não foi o caminho correto e construir uma proposta para lá que venha atender aos anseios, tanto o anseio do Brasil de exploração dessa unidade, como também das comunidades, da Prefeitura, de todos. Vamos tentar construir um consenso em torno do que é a melhor proposta para gerenciamento de Jericoacoara.

O SR. DEPUTADO JOÃO JAIME GOMES MARINHO DE ANDRADE -
Permita-me, só para concluir. Eu acho que o principal ponto desta audiência pública, Presidente Raimundo Gomes de Matos, foi nós tomarmos conhecimento de que o projeto é Jericoacoara bancar os outros Parques Nacionais, pelo potencial que tem



de arrecadação. Eu duvido que vocês consigam, junto à comunidade de Jericoacoara, ou ao Município de Jijoca de Jericoacoara, aprovar essa proposta! Foi bom, porque todo mundo tomou conhecimento, e para isso são feitas as audiências públicas. Até o presente momento, isso não nos tinha sido dito.

Eu fui, Presidente, a uma reunião no Conselho Comunitário, da qual participou representante deles, o representante do ICMBio, o Sr. Wagner, que foi categórico. O Presidente do Conselho Comunitário, o Elenildo, perguntou: *“Por que é que vocês não disponibilizam para a gente o que vocês querem fazer?”* *“Porque nós temos a ordem lá de cima para não abrir agora.”* E agora a gente está vendo um dos segredos que não deveriam ser abertos: bancar os outros Parques com o dinheiro de Jericoacoara. Duvido, Presidente, que consigam esse objetivo, porque nós vamos lutar até o fim para que isso não aconteça.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Nós queremos dizer que foi bastante elucidativo e rico o debate, a partir do Município, com os Vereadores aqui presentes, com o Prefeito municipal, com os representantes do Ministério do Planejamento, o João Paulo Rezende, as representantes do Ministério do Meio Ambiente, Dra. Giovanna e Dra. Anna.

A partir de agora, esta Comissão, o nosso Presidente Márcio vai oficializar, vai solicitar todos os passos dessa pactuação, para que esse assunto também passe pela Comissão, tendo um representante. Ele vai designar um representante desta Casa, desta Comissão, para tomar ciência, fazer as interlocuções necessárias e colaborar, ajudar, para que nós possamos, de uma vez por todas, levar o projeto à frente, promover o desenvolvimento sustentável.

A Comissão de Meio Ambiente tem essa missão de fazer com que o País possa se desenvolver, mas vendo toda a legislação. Nós passamos 10 anos lutando aqui nesta Casa pelo Código que vai normatizar todo o nosso meio ambiente. Não é agora que a Comissão vai se excluir de um grande debate sobre os investimentos que são importantes. Sabemos o potencial que temos no meio ambiente, na nossa flora, na nossa fauna. Nós sabemos o potencial que o Brasil tem nos seus Parques, que, automaticamente, precisam também de parcerias público-privadas para desenvolver economicamente essas atividades. A gente observa que outros países têm equipamentos não tão grandiosos e espetaculares como o Brasil tem na sua



natureza, mas que desenvolvem seus projetos em parcerias público-privadas que dão certo e garantem a sustentabilidade.

Encerrando esta audiência, nós queremos parabenizá-los e mandar um abraço fraterno a todos os internautas que estão acompanhando. A partir de hoje à tarde, a apresentação de todas as exposições, devidamente autorizadas pelos palestrantes, estão disponibilizadas na página desta Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável na Internet, no *link* "Audiências Públicas". Agradecemos a presença dos Parlamentares, dos expositores e dos demais participantes.

Nós queremos encerrar esta reunião de audiência pública com a certeza de que iremos construir uma proposta sustentável dentro do pacto federativo, União, Estado e Município.

Muito obrigado.